

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS - UFAM
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO, AGRICULTURA AMBIENTE - IEAA
CURSO DE AGRONOMIA

**ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL (ATER)
EM COMUNIDADES RURAIS DO SUL DO AMAZONAS.**

Aluna: Márcia Campos Gomes

**Humaitá- AM
Agosto de 2013**

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS - UFAM
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO, AGRICULTURA AMBIENTE - IEAA
CURSO DE AGRONOMIA

**ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL (ATER)
EM COMUNIDADES RURAIS DO SUL DO AMAZONAS.**

Aluna: Márcia Campos Gomes

Orientadora: Msc. Ana Claudia Fernandes Nogueira

Trabalho apresentado como parte das exigências do curso de Agronomia para a obtenção do título de Engenheira Agrônoma.

Humaitá- AM
Agosto de 2013

G633a Gomes, Márcia Campos.
Assistência técnica e extensão rural (Ater) em comunidades rurais do Sul do Amazonas / Márcia Campos Gomes.-- 2013.
61 f. ; il.

Monografia (Engenheiro Agrônomo) – Universidade Federal do Amazonas, curso de Agronomia, Humaitá, 2013.

Orientador: Prof. Msc. Ana Cláudia Fernandes Nogueira.

1. Agricultura familiar. 2. Extensão rural. 3. Assistência técnica. I. Ana Cláudia Fernandes Nogueira. II. Título.

CDU: 631.115.11(811.3)(043.3)

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS - UFAM
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO, AGRICULTURA AMBIENTE - IEAA
CURSO DE AGRONOMIA

FOLHA DE APROVAÇÃO

**TÍTULO: ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL (ATER) EM
COMUNIDADES RURAIS DO SUL DO AMAZONAS.**

Trabalho de Conclusão de Curso defendida e **APROVADA** em 20 de
setembro de 2013, pela comissão julgadora:

Especialista Marcelo Lemos
(Examinador)

Prof. Dr. Rosane Rodrigues da Costa Pereira
(Examinadora)

Prof. Msc. Ana Claudia Fernandes Nogueira
(Orientadora)

“Nas grandes batalhas da vida, o primeiro passo para vitória é o desejo de VENCER.”

(Mahatma Gandhi)

DEDICATÓRIA

Dedico a minha mãe Raimunda Aida Campos Cruz, meu maior exemplo e incentivo para a cada dia buscar ser uma pessoa melhor. Pelo apoio, incentivo e motivação durante todos esses anos.

AGRADECIMENTOS

À Deus, pela oportunidade da reencarnação, por todos momentos de dificuldades que foram imprescindíveis para o meu amadurecimento e pelas alegrias.

À minha mãe e amiga Raimunda Ainda Campos Cruz, pela motivação, educação e princípios ensinados, que me tornaram uma mulher honesta e de princípios e pela motivação.

À minha vó Tereza Campos Cruz que é minha segunda mãe, pela força e acompanhamento na minha criação e educação.

Aos meus irmãos Marcos Campos Gomes Jr, Márcio Campos Gomes e Marclei Campos Gomes por acreditarem em mim e mesmo distante me apoiarem neste que era o tão sonhado nível superior.

Ao meu amigo e namorado Lucas Firmo Dantas pela paciência, amor e carinho.

À todos meus amigos pela amizade e companheirismo, em especial Jefferson Barros, Ediana Pereira Nascimento, Nislene Molina Guerreiro e Paula, Giovanna Gomes Tenório, Rian Javé Moraes e turma de Agronomia de 2007.

À minha orientadora prof. Msc Ana Cláudia Fernandes Nogueira pela confiança, paciência, atenção e compreensão ao longo dessa caminhada, pelo aprendizado na elaboração deste trabalho me incentivando e apoiando nesta árdua tarefa.

Ao Prof. Dr. Milton César Costa Campos que por três anos foi meu orientador de projetos de pesquisa, foi quem acreditou em mim me incentivando na iniciação científica e todos os colegas do Laboratório de Solos e Nutrição de Plantas do IEAA/UFAM.

Ao Núcleo de Pesquisa e Extensão em Ambiente, Socioeconomia e Agroecologia – NUPEAS por ter me proporcionado à oportunidade de participar das ações de pesquisa e extensão rural nas comunidades rurais do Sul do Amazonas, onde realizei coleta de dados para o meu trabalho de conclusão de curso. Agradeço a família NUPEAS: Jéssica Cristian Santos, Andreza Marcião dos Santos, Ísis Ribeiro do Nascimento, Adriano Toranelli, Thiago Cordeiro, Darlen Rodrigues pelo apoio e confiança.

Ao CNPq pela concessão da bolsa concedida, modalidade CNPq/MDA no âmbito do projeto “Desenvolvimento de Tecnologias Sociais e Agroecológica em Comunidades Rurais do Sul do Amazonas” desenvolvido pelo NUPEAS/IEAA/UFAM.

A todos os agricultores do Setor Três Estados, município de Apuí e PA – São Francisco, município de Canutama, pela acolhida e participação na pesquisa, pois contribuiu diretamente para a análise dos resultados neste estudo.

À todos os professores que ministraram disciplina durante o decorrer do curso, contribuindo com minha formação pessoal, profissional e ética. Em especial professor Milton César Costa Campos, Anderson Cristian Bergamin, Carlos Eduardo Pereira, Rosane Rodrigues Pereira, André Moreira Bordinhon.

OBRIGADA!!!!

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
CAPÍTULO I - REVISÃO DE LITERATURA.....	17
1.1 Assistência Técnica e Extensão Rural - Ater	17
1.2. Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural – Pnater	18
1.3. Histórico da Ater no Brasil	23
1.4. Agricultura familiar	26
CAPÍTULO II – PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	29
2.1 Objetivos	29
2.2 Amostra	29
2.3 Área da Pesquisa.....	30
2.4. Tipo de pesquisa.....	31
2.5. Técnicas de Coleta de dados	31
2.5.1 – Entrevista Semi-estruturada	31
2.5.2. Diagnóstico Rápido Participativo	32
2.6. Método de análise.....	33
2.7. Etapas da pesquisa	33
CAPÍTULO III - RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	35
3.1. O agricultor familiar no sul do estado do Amazonas: a realidade do Setor Três Estado/Apuí e do PA São Francisco/Canutama	35
3.2. As condições unidades locais de Ater no sul do Amazonas: uma amostragem.....	43
3.3. A execução da Pnater no Setor Três Estado/Apuí e no PA São Francisco/Canutama.....	47
CONSIDERAÇÕES FINAIS	53
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	55
APÊNDICE.....	60
Apêndice A	60
Apêndice B	61

Apêndice C	62
Apêndice D	65

LISTA DE SIGLAS

- ABCAR** - Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural
- ACAR** - Associação de Crédito e Assistência Rural
- AFLORAM** – Agência de Florestas e Negócios Sustentáveis do Amazonas
- ATER** – Assistência Técnica e Extensão Rural
- CAR** – Cadastro Ambiental Rural
- CODEAGRO** - Coordenadoria de Desenvolvimento dos Agronegócios
- CNDRS** – Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável.
- CONDRAF** – Coordenação Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável
- DAP** – Declaração de Aptidão ao Pronaf
- DATER** - Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural
- DRP** – Diagnóstico Rural Participativo
- EMATER** - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
- EMBRAPA** - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
- EMBRATER** - Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural
- INCRA** - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
- IDAM** – Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Estado do Amazonas
- MDA** - Ministério do Desenvolvimento Agrário
- NUPEAS** – Núcleo de Pesquisa e Extensão em Ambiente, Socioeconomia e Agroecologia
- PNATER** - Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural
- PRONAF** - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
- PRONATER** - Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural
- SAF** - Secretaria de Agricultura Familiar
- SEPROR** – Secretaria de Estado da Produção Rural
- SIBRATER** - Sistema Brasileiro de Assistência Técnica e Extensão Rural
- UFAM** – Universidade Federal do Amazonas

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURAS

FIGURA 1.....	32
FIGURA 2.....	51
FIGURA 1.....	52

GRÁFICOS

GRÁFICO 1.....	32
GRÁFICO 2.....	33
GRÁFICO 3.....	34
GRÁFICO 4.....	35
GRÁFICO 5.....	35
GRÁFICO 6.....	38
GRÁFICO 7.....	39

RESUMO

Este trabalho apresenta uma amostra de como a assistência técnica e extensão rural tem sido nas comunidades rurais Setor Três Estados, município de Apuí e PA – São Francisco, sul do município de Canutama, AM. E teve como objetivo analisar a execução da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Pnater) nestas localidades. A metodologia utilizada neste estudo foi de cunho qualitativo e quantitativo. Para tanto, foi necessário traçar o perfil do agricultor, por meio de análise de dados tabulados no programa de estatística SPSS, em seguida realizar aplicação de entrevistas junto aos representantes das unidades locais de Ater; e por fim aplicação de Diagnóstico Rápido Participativo - DRP com os agricultores das comunidades. Para análise e compreensão dos dados coletados foi utilizada a técnica de Análise de Conteúdo segundo Bardin (2007). De posse dos dados foi possível verificar que a adoção de um novo modelo de desenvolvimento pelo Brasil, e a consequente criação e ampliação de políticas públicas voltadas para a inclusão e a promoção do desenvolvimento rural sustentável, requerem ainda grandes mudanças na formação dos profissionais de Ater e nas entidades de Ater, que permitam o desenvolvimento e a adoção de abordagens e métodos de Ater orientados pela Pnater. Pois, apesar do agricultor familiar das áreas estudadas apresentarem perfil para serem contemplados com este novo modelo de Ater, estes ainda não o são, pois no que tange sua execução, esta ainda, é uma política excludente já que não é acessível a todos. Neste sentido, ainda existem muitos desafios na construção de um novo modelo de desenvolvimento rural como está previsto na Pnater principalmente nas áreas pesquisadas.

Palavras-chaves: política pública; agricultura familiar; assentamento.

INTRODUÇÃO

A extensão rural sempre foi exercida tendo como base a ideia de que o conhecimento tecnológico, a difusão de novas técnicas agropecuárias e o apoio financeiro através do crédito contribuiria para o aumento da produção e para a melhoria das condições de vida do meio rural. É neste cenário que surge a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária – PNATER, um Projeto de Lei de iniciativa do Poder Executivo (PL nº 5.665/2009) que direciona as ações Assistência Técnica e Extensão Rural - Ater no que tange os Agricultores Familiares (FIDELIS et. al., 2010).

Estes serviços de Ater expressados por meio da Pnater estabelecem como missão:

Participar na promoção e animação de processos capazes de contribuir para a construção e execução de estratégias de desenvolvimento sustentável, centrado na expansão e fortalecimento da agricultura familiar e das suas organizações, por meio de metodologias educativas e participativas, integradas às dinâmicas locais, buscando viabilizar as condições para o exercício da cidadania e a melhoria da qualidade de vida da sociedade (BRASIL, p. 9, 2004).

Para Castro (2005), as empresas que prestam assistência técnica e extensão rural têm como missão atender as necessidades da agricultura familiar, transferindo conhecimentos tecnológicos, através da aplicação de uma metodologia diferenciada, tendo um enfoque construtivista para cada realidade encontrada no meio rural que buscam a eficiência produtiva e a melhoria da qualidade de vida das famílias que vivem em áreas rurais. Sendo assim, a política pública de assistência técnica e extensão rural vem contribuir para uma ação institucional que possibilite a implantação e a consolidação de estratégias de desenvolvimento rural sustentáveis, capazes de gerar renda e novos postos de trabalho. Ainda para este autor, destacam-se como eixos norteadores da política: as bases epistemológicas da agroecologia, o respeito à pluralidade e à diversidade social, econômica, étnica, cultural e ambiental do país, o que implica a necessidade de se incluírem enfoques de gênero, de geração, de raça e de etnia nas orientações de projetos e programas.

Em virtude do exposto a realização desta pesquisa surge a partir da vivência como integrante do Núcleo de Pesquisa e Extensão em Ambiente, Socioeconomia e Agroecologia – NUPEAS/UFAM que é financiado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário/MDA, com apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico/CNPq. Onde por meio de viagens aos municípios de Lábrea (PA - Pacιά), Boca do Acre (Floresta do Acre), Apuí (Setor Três Estados) e Canutama (PA – São Francisco), o quanto é difícil à chegada da assistência técnica e da extensão rural prestada pelos órgãos de Ater responsáveis na região.

Diante desta realidade, percebeu-se a necessidade de estudos voltados a essa temática, fazendo valer a necessidade da exploração de pesquisas que envolvessem a realidade da agricultura familiar do Amazonas, no intuito, de ajudar a esclarecer como funciona esta prestação de serviço para que o principal ator desta política seja beneficiado. Isto significa dizer que é necessário um entendimento mais amplo da política voltada à agricultura familiar brasileira, principalmente em função do aspecto da interação e da participação direta dos agricultores familiares nas ações de Ater e seus devidos resultados.

De acordo com Medeiros (2012), o atual cenário da agricultura no país é considerado propício para o cumprimento dos desafios e compromissos impostos pela Pnater, pois com a nova percepção socioambiental da sociedade, a cobrança por medidas e ações sustentáveis é significativamente positiva. Portanto, os desafios que deverão ser superados, de acordo com a Pnater, tendem caminhar no sentido favorável ao desenvolvimento sustentável, desde que sejam aplicados na prática, possibilitando o atendimento a todos aqueles que estão nas áreas rurais.

Levando em consideração os princípios e diretrizes da política de Ater que surgiu frente às crises econômicas e socioambientais ocorridas no país geradas a partir de modelos que não visavam o desenvolvimento sustentável, a implementação de estratégias de produção torna-se importante, pois as famílias envolvidas necessitam se tornarem auto-sustentáveis, ou seja, melhorarem sua vida e ainda preservar o meio ambiente.

Nesse sentido, o problema da pesquisa é descrito: de que forma está sendo realizada a Assistência Técnica e a Extensão Rural – Ater no Estado do

Amazonas aos agricultores familiares inseridos no Setor Três Estados no município de Apuí e no Projeto de Assentamento São Francisco no sul do município de Canutama tendo como base os princípios e orientações constantes na Pnater? Tendo como objetivo analisar a execução Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural em comunidades rurais localizadas no sul do Amazonas sob a perspectiva dos órgãos locais de Ater e agricultores familiares, traçando o perfil do agricultor familiar das áreas estudadas e averiguar as condições estruturais das unidades locais de Ater que atendem estas comunidades.

Os resultados obtidos nessa pesquisa podem contribuir para que os gestores e órgãos de Ater possam intervir na perspectiva de transformar, bem como modificar as limitações por eles enfrentadas.

CAPÍTULO I - REVISÃO DE LITERATURA

1.1 Assistência Técnica e Extensão Rural - Ater

Atualmente no Brasil vivemos um momento de resgate e valorização de uma política de Ater, todavia, ainda existe discordância quanto ao entendimento entre “assistência técnica” e “extensão rural”. Uma das definições clássicas de extensão rural e que é largamente encontrada em relatórios e documentos da Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural (ABCAR), já na década de 1950, é que a extensão rural é um processo educativo que propicia assistência técnica, econômica e social às famílias rurais com objetivo de ajudá-las a elevar o seu nível de vida; enquanto que a assistência técnica e a transferência ou difusão de técnicas é efetuada sem o uso de processos educativos (CASTRO, 2005).

O termo extensão teve origem nas universidades inglesas na segunda metade do século XIX. No início do século XX, a criação do serviço cooperativo de extensão rural dos Estados Unidos, estruturado com a participação de universidades americanas, conhecidas como *land-grant colleges*, consolidou naquele país, pela primeira vez na História, uma forma institucionalizada de extensão rural (JONES & GARFORTH, 1997).

Segundo Peixoto (2008), o termo extensão rural pode ser conceituado de três formas diferentes: *como processo, como instituição e como política*. Como *processo*, extensão rural significaria, num sentido literal, o ato de estender, levar ou transmitir conhecimentos de sua fonte geradora ao receptor final, o público rural. Todavia, como processo, em um sentido amplo e atualmente mais aceito, extensão rural pode ser entendida como um processo educativo de comunicação de conhecimentos de qualquer natureza sejam conhecimentos técnicos ou não.

Ainda para este autor, a extensão rural difere conceitualmente da assistência técnica pelo fato de que esta não ter, necessariamente, um caráter educativo, pois visa somente resolver problemas específicos, pontuais, sem capacitar o produtor rural. E é por ter um caráter educativo que o serviço de extensão rural é, normalmente, desempenhado pelas instituições públicas de

Ater, organizações não governamentais, e cooperativas, mas que também prestam assistência técnica.

No segundo sentido, como *instituição ou organização*, frequentemente encontramos textos dizendo, por exemplo, que “a extensão rural desempenha nos estados um papel importante no processo de desenvolvimento dos pequenos produtores” (PEIXOTO, 2008). Aqui “a extensão rural” refere-se às organizações estatais dos estados, prestadoras dos serviços de Ater. A expressão “extensão rural” é entendida, neste caso, como a instituição, entidade ou organização pública prestadora de serviços de Ater nos estados.

Esta Ater deve ser um serviço gratuito, direcionado aos agricultores familiares, de educação não formal, de caráter continuado, que promove processos de gestão, produção, beneficiamento e comercialização das atividades e serviços agropecuários e não agropecuários, inclusive atividades agroextrativistas, florestais e artesanais (SILVA, 2010). Neste sentido, as ações de Ater devem considerar as diversidades regionais e climáticas, acompanhar o calendário agrícola e atuar de acordo com um conjunto de situações imprevisíveis, dada as especificidades da atividade agrícola, ocorrida em função de fatores não controlados, como chuva, geada, vento, enchente e secas; doenças e pragas de plantas e doenças de animais (BRASIL, s/d).

O termo extensão rural também pode ser entendido como uma *política pública*. Neste caso referimo-nos às políticas de extensão rural, traçadas pelos governos (federal, estaduais ou municipais) ao longo do tempo, através de dispositivos legais ou programáticos, mas que podem ser executadas por organizações públicas e/ou privadas.

1.2. Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural – Pnater

Em 2003, o Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA passou a ser responsável pelas atividades de Assistência Técnica e Extensão Rural – Ater, como estabelece o Decreto Nº 4.739, de 13 de junho daquele ano. Por delegação da Secretaria da Agricultura Familiar – SAF, um grupo de técnicos coordenou a elaboração da nova Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural - Pnater, promovendo um amplo processo de consulta, a partir de audiências, encontros e seminários envolvendo representações dos agricultores familiares, de movimentos sociais e de prestadoras de serviços de

Ater governamentais e não governamentais. Em setembro de 2003 foi realizada, em Brasília, uma oficina nacional para a elaboração da Pnater.

De acordo com Ministério do Desenvolvimento Agrário (BRASIL, 2004) este processo, democrático e participativo que envolveu mais de 100 entidades e mais de 500 pessoas, levou à construção de alguns consensos e a um conjunto de acordos e resultou no documento que sintetiza a Pnater.

O documento final, resultado dos seminários regionais e do seminário nacional em Brasília e da elaboração do Grupo de Trabalho criado para coordenar a construção da nova política, apresentado como a nova Pnater (Ibid, 2004), propõe uma ampla reformulação dos serviços de Ater no país, reforça o seu caráter público e gratuito ao conjunto dos agricultores familiares, estabelece uma nova institucionalidade de gestão do sistema nacional de Ater e sugere a revisão do papel profissional dos extensionistas. Ademais, elege a agroecologia como “eixo orientador das ações”.

No início do segundo semestre de 2009, o Poder Executivo enviou para o Congresso Nacional, Projeto de Lei que institui a Pnater, cria o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária - PRONATER, e dá outras providências. No dia 15 de dezembro de 2009, o Substitutivo do Projeto de Lei foi aprovado no Senado sem modificações e, portanto, a matéria foi à sanção. Por fim, no dia 11 de janeiro de 2010, foi sancionada pelo Presidente a Lei de Ater.

A Lei de Ater institui a Pnater e o Pronater, além de altera a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e dá outras providências. Fica instituída, portanto, como principal instrumento de implementação da Pnater, e do Pronater. No âmbito da Lei entende-se por assistência técnica e extensão rural:

Serviço de educação não formal, de caráter continuado, no meio rural que promove processos de gestão, produção, beneficiamento e comercialização das atividades e dos serviços agropecuários e não agropecuários, inclusive das atividades agroextrativistas, florestais e artesanais (BRASIL, 2010, p. 1)

Quanto à natureza, formatação institucional e modelo de gestão a serem assumidos, a Pnater propõe que os serviços de Ater devem ser públicos, gratuitos e direcionados exclusivamente aos agricultores familiares. Como diretriz política, deve-se privilegiar a “gestão compartilhada” do sistema,

“de modo a fortalecer a participação dos beneficiários e de representantes da sociedade civil na qualificação das atividades de assistência técnica e extensão rural” (BRASIL, 2004). Essa participação seria possibilitada pelo estabelecimento de Conselhos gestores em nível nacional, estadual e municipal, cada qual com responsabilidades e atribuições específicas. Em âmbito nacional, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável – CNDRS, articulará a implementação da Política. Será, ainda, instituído um órgão consultivo, coordenado pelo Departamento de Assistência técnica e Extensão Rural da Secretaria de Agricultura Familiar do MDA (DATER/SAF) e denominado de Fórum Nacional de Gestão da Ater pública. A coordenação nacional do sistema de Ater será de responsabilidade do DATER/SAF, que também cuidará da gestão dos recursos financeiros. Desde finais de 2003, seguindo as orientações desta Política, a SAF, através do Dater, vem implementando esta nova proposta.

Esta política foi organizada na forma de um Sistema Nacional Descentralizado de Ater Pública e orientada ao atendimento dos agricultores familiares. Ela preconiza novos enfoques metodológicos e incentiva a agroecologia, sugerida como o novo paradigma tecnológico para o desenvolvimento sustentável (Ibid, 2004).

Na Pnater a inclusão social da população rural brasileira mais pobre é o elemento central de suas ações e determina como público alvo, os produtores familiares tradicionais, assentados por programas de reforma agrária, e outros públicos definidos como beneficiários dos programas do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). (Ibid, 2004).

A Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural estabelece que a Missão da Ater deve:

Participar na promoção e animação de processos capazes de contribuir para a construção e execução de estratégias de desenvolvimento rural sustentável, centrado na expansão e fortalecimento da agricultura familiar e das suas organizações, por meio de metodologias educativas e participativas, integradas às dinâmicas locais, buscando viabilizar as condições para o exercício da cidadania e a melhoria da qualidade de vida da sociedade (Ibid, p. 9).

Para a orientação e a implementação desta missão ser mais precisa, a Pnater estabelece e se baseia em cinco (5) princípios, que pretendem ser a síntese daquilo que é indispensável para se ter uma nova Ater :

- 1- Assegurar, com exclusividade aos agricultores familiares, assentados por programas de reforma agrária, extrativistas, ribeirinhos, indígenas, quilombolas, pescadores artesanais e aquiculturas, povos da floresta, seringueiros, e outros públicos definidos como beneficiários dos programas do MDA/SAF, o acesso a serviço de assistência técnica e extensão rural pública, gratuita, de qualidade e em quantidade suficiente, visando o fortalecimento da agricultura familiar.
- 2- Contribuir para a promoção do desenvolvimento rural sustentável, com ênfase em processos de desenvolvimento endógeno, apoiando os agricultores familiares e demais públicos descritos anteriormente, na potencialização do uso sustentável dos recursos naturais.
- 3- Adotar uma abordagem multidisciplinar e interdisciplinar, estimulando a adoção de novos enfoques metodológicos participativos e de um paradigma tecnológico baseado nos princípios da Agroecologia.
- 4- Estabelecer um modo de gestão capaz de democratizar as decisões, contribuir para a construção da cidadania e facilitar o processo de controle social no planejamento, monitoramento e avaliação das atividades, de maneira a permitir a análise e melhoria no andamento das ações.
- 5- Desenvolver processos educativos permanentes e continuados, a partir de um enfoque dialético, humanista e construtivista, visando à formação de competências, mudanças de atitudes e procedimentos dos atores sociais, que potencializem os objetivos de melhoria da qualidade de vida e de promoção do desenvolvimento rural sustentável (Ibid, p. 7).

Do ponto de vista tecnológico, a Pnater também supõe a necessidade de mudanças, pois parte do princípio de que o padrão tecnológico e as formas de manejo dos agroecossistemas que foram instituídos e modelados no escopo das estratégias de “modernização”, centradas nos pacotes tecnológicos da Revolução Verde, não são adequados para o estabelecimento de estilos de agricultura e de desenvolvimento sustentável que são desejados pela sociedade e que passaram a ser um imperativo deste século. Por isto mesmo, a Pnater estabelece a necessidade de adoção destes princípios da Agroecologia em suas bases epistemológicas, para o desenho de agroecossistemas sustentáveis e para o estabelecimento de estratégias de desenvolvimento rural sustentável, que sejam opostas àquelas que foram implementadas ao longo do século passado (TAVARES, 2006).

A principal mudança citada pela Pnater é a necessidade do estabelecimento de uma nova ética socioambiental e para isso estabelece a necessidade de adoção de princípios e bases epistemológicas da Agroecologia. Resulta disso a demanda pela adoção de metodologias participativas, que valorizam o conhecimento do produtor e a produção de alimentos saudáveis minimizando os impactos negativos sobre os recursos naturais (LAFORGA, 2008).

De certa forma, poderia ser dito que o enfoque metodológico e tecnológico que está proposto na Pnater, requer a implementação de uma extensão rural agroecológica ou ecossocial. Sendo a Extensão Rural Agroecológica então definida como um processo de intervenção de caráter educativo e transformador, baseado em metodologias de investigação-ação participante, que permite o desenvolvimento de uma prática social mediante a qual os sujeitos do processo buscam a construção e sistematização de conhecimentos que os levem a incidir conscientemente sobre a realidade, com o objeto de alcançar um modelo de desenvolvimento socialmente equitativo e ambientalmente sustentável, adotando os princípios teóricos da Agroecologia como critério para o desenvolvimento e seleção das soluções mais adequadas e compatíveis com as condições específicas de cada agroecossistema e do sistema cultural das pessoas implicadas em seu manejo (CAPORAL, 1998).

Essa nova orientação opõe-se à prática histórica da Extensão Rural que, desde longa data, esteve baseada na teoria da difusão de inovações, o que levou os extensionistas a voltar sua atuação para a transferência de tecnologia, tendo como objetivo a “modernização conservadora” da agricultura. Nesse processo, os agricultores eram vistos como meros depositários de conhecimentos e de pacotes gerados pela pesquisa, na maioria das vezes inadequadas para as condições específicas de suas explorações e dos agroecossistemas por eles manejados (Ibid).

Portanto, ao contrário dos objetivos tradicionais que nortearam a ação extensionista - atuar visando o aumento da produção e da produtividade da agropecuária, para com isso chegar ao aumento da renda e do bem-estar das famílias rurais - a nova política de Ater estabelece que cabe à Extensão Rural:

Estimular, animar e apoiar iniciativas de desenvolvimento rural sustentável, que envolvam atividades agrícolas e não

agrícolas, pesqueiras, de extrativismo, e outras, tendo como centro o fortalecimento da agricultura familiar, visando à melhoria da qualidade de vida e adotando os princípios da Agroecologia como eixo orientador das ações (BRASIL, 2004).

A nova perspectiva exige que o extensionista seja um mediador de saberes e conhecimentos, um agente impulsionador do desenvolvimento das comunidades rurais, que influi também nas mudanças institucionais que são necessárias nas entidades de Ater.

Como instrumento orientador do processo de implementação da Pnater criou o Pronater, estabelecendo as diretrizes e metas para serviços de ATER em todo país. É coordenado pelo Dater e elaborado anualmente para cada Plano de Safra da Agricultura Familiar com base nas políticas do governo federal, nos programas Estaduais de Ater e nas demandas da agricultura familiar (BRASIL, s/d).

O Pronater estabelece os fundamentos da Ater pública e as ações do MDA/SAF/Dater, apontando a estratégia de operacionalização da Pnater:

Abrangendo desde o nivelamento conceitual dos temas centrais da Política Nacional, passando pelas parcerias já estabelecidas, pela construção dos Programas Estaduais, pela formação de agentes de Ater, pela capacitação de agricultores familiares, pela formação de quadros para a Ater Setorial (indígenas, quilombolas, ribeirinhos, pescadores artesanais e aqüicultores, extrativistas, mulheres trabalhadoras rurais) e pela qualificação e ampliação dos serviços de Ater no país (Ibid).

O programa estabelece, com a participação efetiva do Comitê Nacional de Ater do Condraf, as diretrizes que nortearão as ações operacionais das organizações que prestarão serviços de Ater no país, bem como um conjunto de ações prioritárias no Dater, que propiciarão o acesso ao conhecimento pelos agricultores familiares (BRASIL, s/d).

Portanto, o objetivo maior da criação do programa foi apoiar e fortalecer ações de Ater, para a implementação da Política Nacional de Ater, visando à universalização do conhecimento no campo (Ibid, s/d).

1.3. Histórico da Ater no Brasil

A institucionalização da assistência técnica e extensão rural no Brasil só ocorreu oficialmente no final da década de 40, no município de Santa Rita do Passa Quatro, em São Paulo e é implantada oficialmente em Minas Gerais,

em 1948 com a criação da Associação de Crédito e Assistência Rural - ACAR em Minas Gerais. Distinguiu-se dos serviços de assistência técnica prestados anteriormente, por preocupar-se com o fator humano na produção, até então desconsiderado pelas atividades meramente fomentistas (MASSELLI, 1994).

Os serviços de Ater foram iniciados, no país, no final da década de quarenta, século vinte, no contexto da política desenvolvimentista do pós-guerra, com o objetivo de promover a melhoria das condições de vida da população rural e apoiar o processo de modernização da agricultura, inserindo-se nas estratégias voltadas à política de industrialização do país (FRAXE *et. al.*, 2008). A Ater foi implantada como um serviço privado ou paraestatal, com o apoio de entidades públicas e privadas. Posteriormente, com apoio do governo do presidente Juscelino Kubitschek, foi criada, em 1956, a Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural – ABCAR, constituindo-se, então, um Sistema Nacional articulado com Associações de Crédito e Assistência Rural nos estados.

Em meados da década 1970, o governo do presidente Ernesto Geisel “estatizou” os serviços de Ater implantando o Sistema Brasileiro de Assistência Técnica e Extensão Rural – SIBRATER, coordenado pela Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMBRATER e executado pelas empresas estaduais de Ater nos estados, as Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural – EMATER (FRAXE *et. al.*, 2008).

Figueiredo (1980) e Canuto (1984) identificaram a existência de dois grandes períodos na evolução da Extensão rural no Brasil – 1948 – 1968 e 1969 – 1980. O primeiro período (1948 a 1968), foi de propósitos mais “sociais”, genericamente pode ser caracterizado pelo empenho em “ganhar espaços” e “firmar imagem”, tanto junto às classes rurais como também às diversas instâncias administrativas do Estado. No plano do discurso, este período enfatiza a “melhoria do nível de vida” das populações rurais e as “características educacionais” da ação extensionista. O segundo período (1969 a 1980), de proposito mais “produtivistas”, reflete uma extensão mais preocupada/comprometida em adequar o setor agrícola aos requerimentos da acumulação urbano-industrial. Aqui a “transferência de tecnologia” torna-se uma noção claramente explicitada, mesmo no plano do discurso, dadas as condições concretas da sociedade da época.

Em 1990, o então governo do presidente Fernando Collor de Mello extinguiu a Embrater, desativando o Sibrater e abandonando claramente os esforços antes realizados para garantir a existência de serviços de Ater no país. As tentativas de coordenação nacional por meio da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA e, posteriormente, pelo Ministério da Agricultura não foram capazes de evitar que as Emater ficassem à mercê das políticas de ajuste estrutural e das difíceis condições financeiras dos respectivos estados, além de se ver ampliada a influência dos interesses políticos dominantes em cada região sobre os destinos das entidades oficiais de Ater (REZENDE, 2012).

A participação financeira do Governo Federal, desde os anos 1990, caiu abruptamente, passando a ser irrisória em relação ao orçamento das empresas de Ater do setor público ainda existentes, que gira em torno de R\$ 1 bilhão por ano. Este afastamento do estado nacional resultou em um forte golpe aos serviços levando a uma crise sem precedentes na Ater oficial, que é tanto maior quanto mais pobres são os estados e municípios. No caso da Extensão Pesqueira, cuja história se assemelha à da Extensão Rural, o processo de desmonte acabou por eliminar quase por completo esses serviços (PINTO, 2009).

Na ausência do apoio federal aos serviços oficiais de Ater e diante da inexistência de uma política nacional para o setor, alguns estados da federação, num esforço de manutenção deste importante instrumento de política pública, reestruturaram os serviços dando-lhes diversas formas institucionais e criando novos mecanismos de financiamento e operacionalização das empresas oficiais, além de apoiarem outras entidades emergentes. Dias (2008) afirma que nesse mesmo período, surgiram e se expandiram várias iniciativas, visando suprir a carência e o vácuo deixado pelo Estado, destacando-se aquelas patrocinadas por prefeituras municipais, por organizações não-governamentais e por organizações de agricultores, entre outras.

A consequência desse processo de afastamento do Estado e diminuição da oferta de serviços públicos de Ater ao meio rural e à agricultura aparece, hoje, evidenciada pela comprovada insuficiência destes serviços em atender à demanda da agricultura familiar e dos demais povos que vivem e

exercem atividades produtivas no meio rural, principalmente nas áreas de maior necessidade, como as regiões Norte e Nordeste (BRASIL, 2004). Com isso, restringem-se as possibilidades de acesso das famílias rurais ao conhecimento, aos resultados da pesquisa agropecuária e a políticas públicas em geral, o que contribui para ampliar a diferenciação a exclusão social no campo.

Não obstante, cabe destacar que tanto a Constituição Federal de 1988 quanto a Lei Agrícola de 1991 determinam que a União mantenha serviços de Ater pública e gratuita para os pequenos agricultores, compromisso que o Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA resgata, a partir da implementação da política, estabelecendo esta, vistas atender as necessidades da agricultura familiar, de forma coerente com as estratégias de desenvolvimento do país.

1.4. Agricultura familiar

As delimitações conceituais da agricultura familiar são diversas, dentre elas que agricultura familiar não é propriamente um termo novo, mas seu uso é recente, pelo menos no Brasil. Anteriormente falava-se em pequena produção, pequeno agricultor, agricultura de baixa renda ou de subsistência e, um pouco antes, se utilizava o termo camponês (DENARDI 2001).

Para alguns clássicos como Abramovay, este diferencia a agricultura familiar no interior das sociedades capitalistas mais desenvolvidas como uma forma completamente diferente do campesinato clássico. Enquanto que os camponeses podiam ser entendidos como “*sociedades parciais com uma cultura parcial, integrados de modo incompleto a mercados imperfeitos*” (p. 22, 1992), representando um modo de vida caracterizado pela personalização dos vínculos sociais e pela ausência de uma contabilidade nas operações produtivas. A agricultura familiar, segundo o mesmo autor,

[...] é altamente integrada ao mercado, capaz de incorporar os principais avanços técnicos e de responder as políticas governamentais [...] Aquilo que era antes de tudo um modo de vida converteu-se numa profissão, numa forma de trabalho (ibid, p.22-127).

A partir da implantação do Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF (BRASIL, 1996), o conceito de agricultor familiar, previsto

na Lei 11.326, aprovada pelo Congresso Nacional e sancionada pelo presidente da República em 24 de julho de 2006, considera:

[...] agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos: I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais; II - utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; III - tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento; IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família” (BRASIL, 2006). Tendo em conta o atendimento de tais requisitos, inclui ainda “[...] silvicultores que cultivem florestas nativas ou exóticas e que promovam o manejo sustentável daqueles ambientes; [...] aqüicultores que explorem reservatórios hídricos com superfície total de até 2 ha (dois hectares) ou ocupem até 500m³ (quinhentos metros cúbicos) de água, quando a exploração se efetivar em tanques-rede; [...] extrativistas pescadores que exerçam essa atividade artesanalmente no meio rural, excluídos os garimpeiros e faiscaidores (BRASIL, 2006).

Segundo Blum (1999), o PRONAF, através de metodologia própria considera agricultura familiar, aquela que segue os padrões de obter renda bruta inferior a 27.5500,00 anual, deste 80% deve vier da exploração agrícola e rebatimento para atividades de avicultura, piscicultura, suinocultura, propriedade inferior a quatro módulos fiscais, em épocas de oferta de trabalho, quando necessário contratar empregados temporários, e possuir no máximo dois empregados permanentes.

Ainda para este ator ao definir a agricultura familiar salienta algumas características básicas:

A gerência da propriedade rural é feita pela família, o trabalho é desempenhado na sua maior parte pela família, os fatores de produção pertencem à família (exceto, às vezes a terra) e são possíveis de sucessão em caso de falecimento ou aposentadoria dos gerentes (BLUM. p. 62,1999).

Lamache (1993), chama a atenção para o fato destas características contribuírem para a formação deste conceitos, afirmando que:

A exploração familiar, tal como a concebemos corresponde a uma unidade de produção agrícola onde propriedade e trabalho estão intimamente ligados à família. A interdependência desses três fatores no funcionamento da exploração engendra necessariamente noções mais abstratas e complexas, tais como a transmissão do patrimônio e a reprodução da exploração (p. 15).

Diante de dados do estudo obtidos por Guanzioli & Cardim (2000), o universo da agricultura familiar exibe grande capacidade produtiva, contribuindo de forma efetiva para o abastecimento do país, mesmo com o pouco acesso a terra, ao crédito e às inovações tecnológicas. De outro lado, é também neste setor que está à metade dos brasileiros em situação de risco, vivendo abaixo da linha de pobreza.

Portanto, de acordo com Alves & Lima (2009), conceituar agricultura familiar é uma tarefa difícil, pois quando se discute a agricultura familiar duas correntes emergem, uma liderada por aqueles a favor, enquanto outra procura mostrar a inviabilidade de se realizar agricultura familiar nos tempos atuais, alegando para isso a baixa produção e conseqüentemente a dificuldade de se obter técnicas modernas a fim de que se atinjam melhores resultados.

CAPÍTULO II – PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

2.1 Objetivos

2.1.1. Objetivo geral:

Analisar a execução da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Pnater) em Comunidades Rurais localizadas no Sul do Amazonas.

2.1.2. Objetivos específicos:

Investigar as condições sociais, econômicas e de produção das comunidades localizadas no Setor Três Estados, Assentamento Juma (Apuí), e no Projeto de Assentamento São Francisco (sul de Canutama) para determinar o perfil do agricultor familiar da área de estudo;

Averiguar como estão estruturados os órgãos que prestam assistência técnica e extensão no sul do Amazonas, especificamente nos municípios de Apuí, Canutama e Humaitá;

Identificar como é realizada execução da Pnater no Setor Três Estados (Apuí), Projeto de Assentamento São Francisco (Canutama) no sul do Amazonas pelos órgãos de Ater;

2.2 Amostra

O estudo se restringe a analisar a execução da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural nas localidades Setor Três Estados, município de Apuí e PA São Francisco, Sul do município de Canutama.

A amostra desta pesquisa se divide em dois segmentos: agricultores familiares das localidades estudadas e entidades de Ater que prestam serviços nestas localidades.

Para traçar o perfil do agricultor familiar do Setor Três Estados e PA São Francisco foram analisados dados de cinquenta e três (53) agricultores familiares, sendo trinta (30) no Setor Três Estados e vinte e três (23) no PA São Francisco. As informações analisadas compõem o banco de dados do NUPEAS e foram coletadas no ano de 2012.

Para averiguar como estavam estruturados os órgãos locais de Ater no Sul do Amazonas foram entrevistados: um órgão no município de Humaitá, um órgão no município de Apuí e um órgão no município de Canutama.

Para realização do Diagnóstico Rápido Participativo - DRP foram entrevistados um total de 51 agricultores. No Setor Três Estado participaram do DRP dezesseis (16) pessoas, sendo quatorze (14) homens e duas (2) mulheres. Na comunidade São Francisco participaram do DRP trinta e cinco (35) pessoas, onde vinte e quatro (24) eram homens e onze (11) mulheres. Nesta técnica de abordagem foi utilizado gravador com devida autorização dos participantes.

2.3 Área da Pesquisa - Amostra

As áreas de estudo desta pesquisa estão localizadas no sul do estado do Amazonas nos municípios de Apuí, Canutama (região sul) e Humaitá.

No município de Apuí a área se refere ao setor Três Estados que compreende as Vicinais: Três Estados, Três Buritis, Três de Julho, Cupuaçu e Linhares e está localizada há 54 km da sede do município de Apuí e tem como principal via de acesso a estrada BR - 230. O setor é constituído por aproximadamente 110 famílias. O Setor Três Estados está situado no Projeto de Assentamento Juma, como é conhecida pelos moradores, este assentamento é considerado o maior da América Latina. A principal atividade econômica do setor é a agricultura de base familiar voltada principalmente para os cultivos das culturas do café (*Coffea arabica L*) e guaraná (*Paullinia cupana Kunth*), no entanto, os moradores também desempenham atividades voltadas para criação animal com destaque na criação de gado leiteiro e corte.

O PA São Francisco está localizado a 12 horas de voadeira¹ da sede do município de Canutama e 70 km de acesso terrestre de Porto Velho, Rondônia, Brasil. O PA é constituído por 259 famílias assentadas, contabilizando um número de aproximadamente 200 famílias residentes, tendo como principal atividade econômica à agricultura familiar voltadas para os

¹ Barco com motor.

cultivos de mandioca (*Manihot esculenta Crantz*), cupuaçú (*Theobroma grandiflorum*) e guaraná (*Paullinia cupana Kunth*).

2.4. Tipo de pesquisa

Devido à proposta da pesquisa trabalhar com a execução da Pnater em comunidades rurais, optou-se pela pesquisa de cunho quanti-qualitativo, onde a:

A análise qualitativa depende de muitos fatores, tais como a natureza dos dados coletados, a extensão da amostra, os instrumentos de pesquisa e os pressupostos teóricos que nortearam a investigação. Pode-se, no entanto, definir esse processo como uma sequência de atividades, que envolve a redução dos dados, a categorização desses dados, sua interpretação e a redação do relatório (GIL, 2002, p.133).

Já a pesquisa de cunho quantitativo esclarece Fonseca:

Diferentemente da pesquisa qualitativa, os resultados da pesquisa quantitativa podem ser quantificados. A pesquisa quantitativa se centra na objetividade. Influenciada pelo positivismo, considera que a realidade só pode ser compreendida com base na análise de dados brutos, recolhidos com o auxílio de instrumentos padronizados e neutros. A pesquisa quantitativa recorre à linguagem matemática para descrever as causas de um fenômeno, as relações entre variáveis, etc. A utilização conjunta da pesquisa qualitativa e quantitativa permite recolher mais informações do que se poderia conseguir isoladamente (p. 20, 2002).

2.5. Técnicas de Coleta de dados

Os dados utilizados para análise qualitativa foram: entrevistas semi-estruturadas e Diagnóstico Rápido Participativo - DRP.

Os dados utilizados para análise quantitativa foram: variáveis do banco de dados do NUPEAS referentes ao gênero, idade, escolaridade, fonte de renda, titularidade da propriedade, principais culturas cultivadas e para quem são vendidos os produtos produzidos os quais estavam tabulados no programa geoestatístico SPSS.

2.5.1 – Entrevista Semi-estruturada

Foi preferível utilizar entrevista semi-estruturada com os representantes das unidades locais de Ater, pois:

(...) essas técnicas mostram-se bastante úteis para a obtenção de informações acerca do que a pessoa “saber, crê ou espera, sente ou deseja, pretende fazer, faz ou fez, bem como a respeito de suas explicações ou razões para quaisquer das coisas precedentes” (SELTIZ apud GIL, 2002, p. 115).

Estas entrevistas foram utilizadas para coletar informações relacionadas às estruturas dos órgãos que realizam assistência técnica e extensão no sul do Amazonas, especificamente nos municípios de Apuí, Canutama e Humaitá;

2.5.2. Diagnóstico Rápido Participativo

Outro instrumento utilizado foi à técnica de DRP realizada com os agricultores familiares entrevistados, pois:

O DRP é um conjunto de técnicas e ferramentas que permite que as comunidades façam o seu próprio diagnóstico e a partir daí comecem a autogerenciar o seu planejamento e desenvolvimento (VERDEJO, 2006, p. 6).



FIGURA 1. Aplicação do DRP no PA – São Francisco/Canutama. **FONTE:** NUPEAS/2013

Este instrumento serviu como facilitador da coleta de dados, pois tornar-se-ia difícil fazer entrevistas individuais com um grande número de pessoas. Esta técnica também é uma ferramenta que não pretende apenas coletar dados dos participantes, mas que estes iniciem um processo de auto-reflexão dos próprios problemas enfrentados e possibilidades para solucioná-los (VERDEJO, 2006).

2.6. Método de análise

O método de análise dos dados foi a partir da Análise de Conteúdo. Segundo Bardin (2007) essa técnica busca conhecer os significados da palavra, ou seja, o que está por trás da palavra. Esse método de análise se efetivou em três etapas; a exploração do material coletado, o tratamento dos resultados e a interpretação dos mesmos.

2.7. Etapas da pesquisa

Esta pesquisa foi realizada em parceria com o Núcleo de Pesquisa e Extensão em Ambiente, Socioeconomia e Agroecologia – NUPEAS, vinculado ao Instituto de Educação, Agricultura e Ambiente (IEAA) da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), campus de Humaitá.

Esta pesquisa está dividida em três etapas. Para execução da primeira etapa analisou-se os dados coletados pelo NUPEAS referentes às condições socioeconômicas e o perfil produtivo das comunidades estudadas, estes dados foram coletados no ano de 2011, nesta etapa foi feita também revisão bibliográfica sobre a temática proposta.

A segunda etapa consistiu na realização de entrevistas com os responsáveis pelas unidades locais de Ater nos municípios de Humaitá, Apuí e Canutama. No primeiro momento a intenção era entrevistar as seis (6) unidades locais do IDAM localizadas no Sul do Amazonas, no entanto, devido às dificuldades de logísticas e de custo, além do curto período para execução do trabalho não foi possível. Por este motivo, a estratégia de amostra foi alterada e optou-se por entrevistar três unidades locais do IDAM. Nesta etapa foram aplicadas entrevistas semi-estruturadas que teve como finalidade averiguar como estão estruturadas as unidades locais de Ater. As questões da entrevista estavam relacionadas com as condições de infraestrutura, logística e equipe técnica de cada unidade local, além de questões avaliativas sobre a Pnater, contendo trinta e três (33) questões. Antes de se fazer as entrevistas com os representantes das unidades locais de Ater foi repassado um termo de consentimento livre esclarecido para que estes pudessem saber a natureza da pesquisa, além de firma o compromisso com a mesma.

Ainda para o cumprimento desta etapa foi realizada uma reunião com os agricultores familiares nas respectivas comunidades para a aplicação do DRP (Apêndice D, p. 61). Inicialmente foi exposto aos participantes da pesquisa, a natureza do trabalho, em seguida abriu-se a discussão para saber se todos estavam de acordo em participar, com a resposta positiva dos mesmos foi repassado um termo de anuência para o representante da comunidade para firma compromisso e dar legitimidade a pesquisa realizada nesta etapa. Após o aceite de participação dos agricultores foi iniciado o DRP, as perguntas foram feitas através de clip-art² onde os entrevistados em consenso respondiam as perguntas.

Na última etapa, de posse dos dados coletados foram feitas as transcrições das entrevistas, interpretação e análise dos dados da pesquisa feito sobre a luz da teoria, ou seja, foi montado um quadro analítico com as respostas das entrevistas do agricultores familiares entrevistados no DRP e respostas entrevistas dos órgão locais de Ater facilitando assim a interpretação destes dados.

²Quadro feito de papel 40 quilos, onde foram colocadas as questões a serem perguntadas aos agricultores.

CAPÍTULO III - RESULTADOS E DISCUSSÕES

3.1. O agricultor familiar no sul do estado do Amazonas: a realidade do Setor Três Estado/Apuí e do PA São Francisco/Canutama

De acordo com Parker (1985), a migração do agricultor familiar para terras amazônicas baseou-se na busca por expectativas de uma vida melhor, sendo este participante do processo de ocupação da região. Com base na análise do perfil realizada nesta pesquisa a maioria dos agricultores destas comunidades estudadas, por exemplo, migrou para as terras amazônicas em busca de novos objetivos, sendo predominante no Setor Três Estado, município de Apuí, a vinda de pessoas da região sudeste, especificamente do estado do Espírito Santo, enquanto no PA-São Francisco há uma divisão entre Norte e Nordeste, de estados como Rondônia, Paraíba, Pernambuco, Piauí e Maranhão.

De acordo com o resultado da pesquisa o perfil do agricultor familiar das áreas estudadas é constituído da seguinte forma: 75,5% dos agricultores entrevistados são do gênero masculino e conseqüentemente 24,5% do gênero feminino (Gráfico 1).

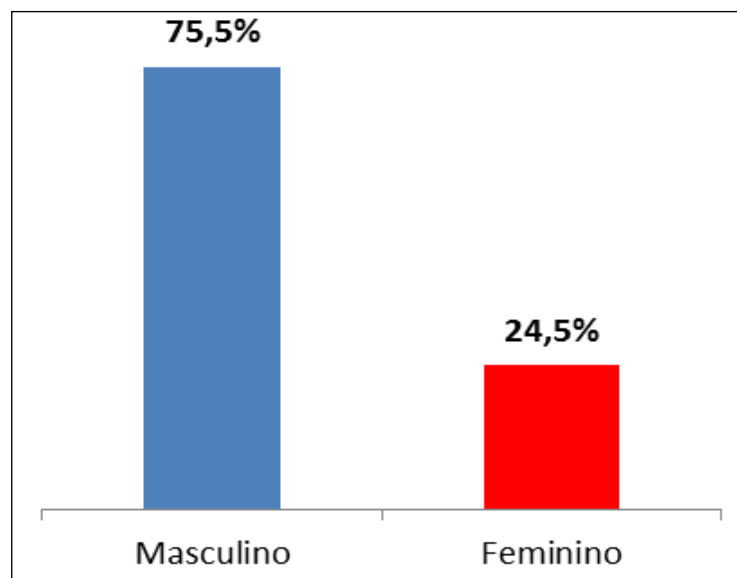


GRÁFICO 1. Percentual de respostas – Gênero dos entrevistados.

FONTE: NUPEAS/2012

Cerca de 66% destes agricultores possui idade média acima de 40 anos, sendo que 22,6% estão entre 30 a 40 anos e 11,3% entre 18 a 30 anos de idade. Observa-se, portanto no gráfico 2, que de acordo com a amostra há

uma baixa incidência de pessoas entre 20 e 30 anos praticando a agricultura concluindo-se que há uma escassez de uma juventude que possa trabalhar na agricultura e reproduzir o modo de produção familiar. Desta forma é urgente o estabelecimento de políticas voltadas à fixação dos jovens nestas comunidades, que muitas vezes preferem ir para as áreas urbanas em busca de emprego, melhores condições de educação e saúde.

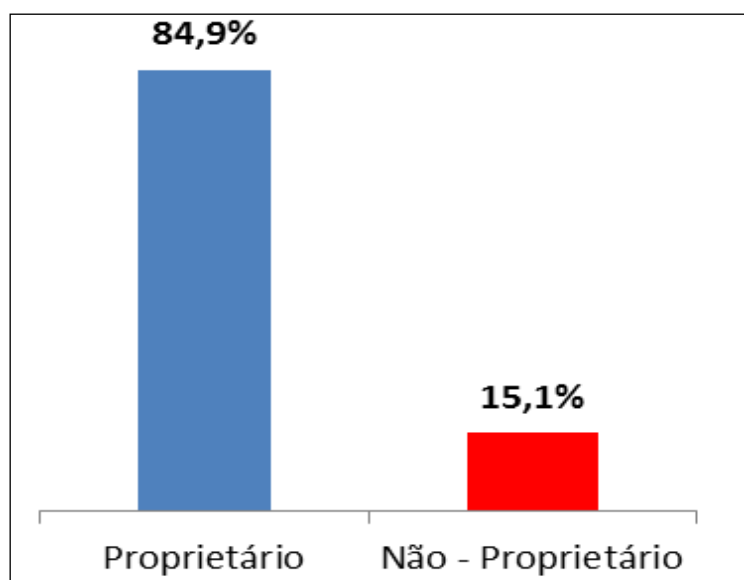


GRÁFICO 2. Percentual de respostas – Faixa etária dos entrevistados.
FONTE: NUPEAS/2012

Segundo Schultz (1964), a educação dos trabalhadores rurais é um elemento crucial para melhorar a capacidade de uso eficiente dos recursos disponíveis e, portanto, de aumentar a renda desses trabalhadores. Neste sentido, com relação à escolaridade dos agricultores das áreas pesquisadas foi possível identificar que 11,3% dos entrevistados não sabem ler, 7,5% lê e escreve pouco, 58,5% não completaram o Ensino Fundamental e 17% possui o Ensino Fundamental completo, 3,8% possui Ensino Médio completo e 1,9% possuem Superior completo (Gráfico 3). Diante desse resultado e das observações realizadas conclui-se que as condições de educação são insuficientes, pois além da maioria dos agricultores possuírem somente o ensino fundamental, há também um índice significativo de analfabetismo.

Melhorar o nível educacional dos agricultores é essencial para evolução dos sistemas de produção familiar, visando à absorção de novas tecnologias ou aprimoramento das tecnologias já existentes, em uma troca contínua do saber científico com o saber empírico (dos agricultores). Além disso, é uma

importante estratégia para manter os jovens nas comunidades rurais e consequentemente na agricultura familiar, reproduzindo assim o conhecimento passado de pai para filho.

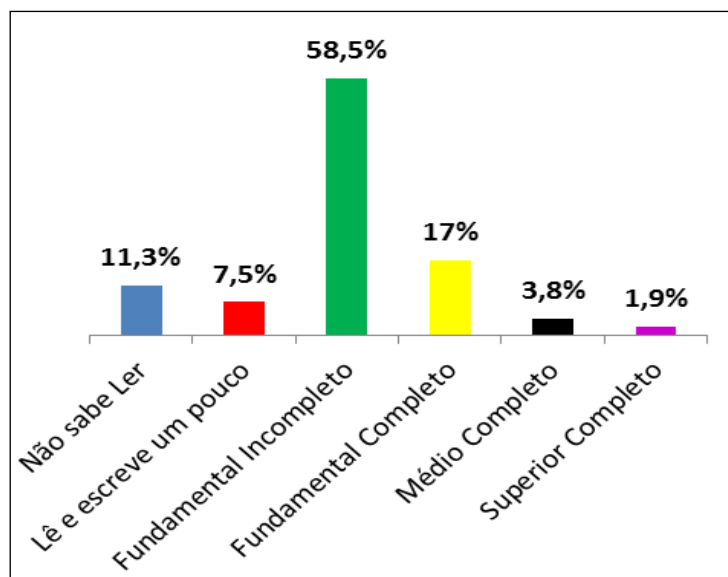


GRÁFICO 3. Percentual de respostas – Escolaridade dos entrevistados.
FONTE: NUPEAS/2012

Em relação à renda foi possível identificar, pela amostra, a principal fonte de renda está voltada para a agricultura com uma porcentagem de 75,5%. As demais receitas são provenientes de: outras fontes (pecuária, piscicultura, funcionalismo público e autônomos) com 33,9%; bolsa/benefício 26,4%; algum tipo de aposentadoria 16,9%, extrativismo 1,9%; e comércio 1,9% (Gráfico 4). Este dado demonstra que apesar das dificuldades enfrentadas na zona rural, a principal fonte de renda do agricultor familiar ainda é proveniente do setor primário. Entretanto já existe uma porcentagem significativa que mostra que este agricultor também se mantém de outras receitas, tendo em vista que esta foi uma pergunta na qual o entrevistado poderia apresentar mais de uma fonte de renda, enumerando-as por ordem de importância.

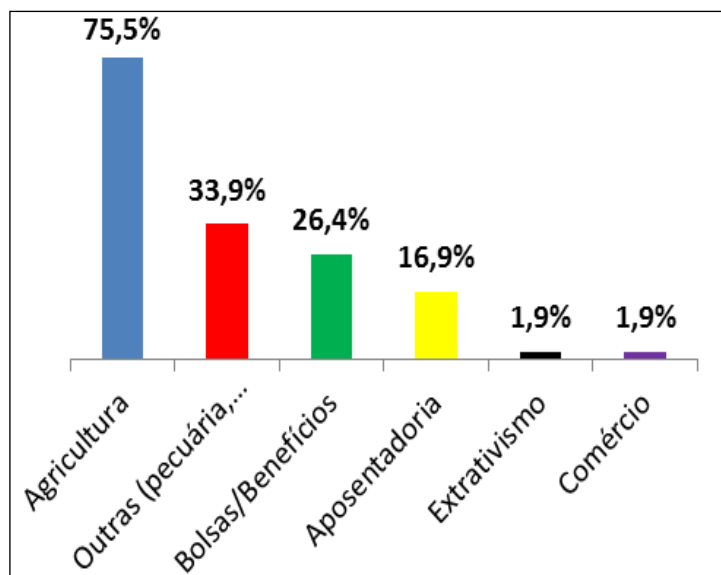


GRÁFICO 4. Percentual de respostas – Fonte de renda dos entrevistados.
FONTE: NUPEAS/2012.

Quanto à condição legal das propriedades 84,9% dos entrevistados se identificaram como proprietários e somente 15,1% como não proprietários (Gráfico 5). Esta informação demonstra de maneira direta o sentido de pertencimento dessas populações a “sua” terra, no entanto também revela um dado relevante que diz respeito à efetivação das políticas de reforma agrária, uma vez que de acordo com o tempo de residência destes entrevistados nestas comunidades é possível observar que 5,7% estão com um (1) ano residindo na comunidade; 24,5% entre um (1) e cinco (5) anos; 26,4% de cinco (5) a dez (10) anos; e 43,4% mais de dez (10) anos de residência na comunidade.

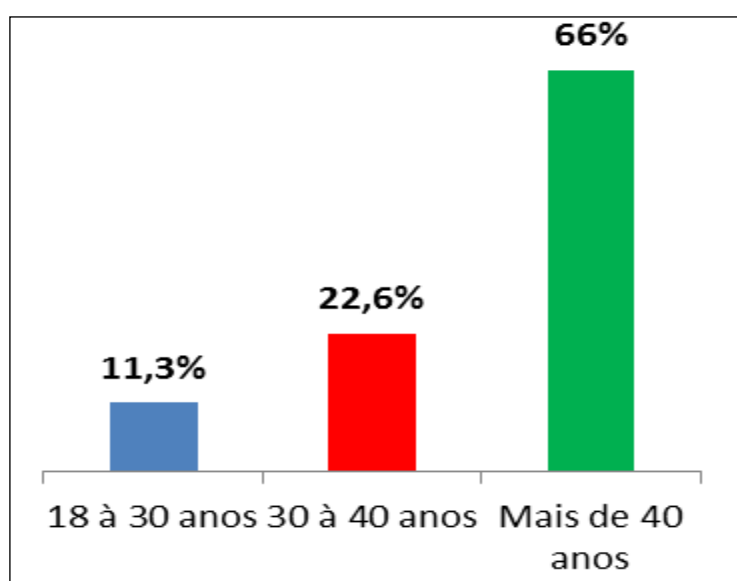


GRÁFICO 5. Percentual de respostas – Condição Legal da propriedade.
FONTE: NUPEAS/2012.

Como as áreas da pesquisa pertencem a assentamentos que foram criados há mais de 20 anos como é o caso da Vicinal Três Estados, percebe-se uma alta rotatividade de agricultores (mais de 50%) que não foram assentados no primeiro momento. Fazendo um paralelo a condição de proprietário do lote e tempo de residência o processo de titulação definitiva consiste na entrega dos documentos que atestem a propriedade do lote, quando o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA passa a não ser mais o guardião deste, que está em regime de concessão de uso à família assentada. O termo de concessão de uso é inegociável até dez anos, a partir da emissão deste contrato. O título definitivo só pode ser emitido três anos após a matrícula definitiva no órgão federal responsável pelo assentamento. (CORDEIRO, 2011).

Em se tratando de organização produtiva é importante lembrar que a agricultura familiar na Amazônia caracteriza-se como uma importante forma de organização da produção que associa família, produção e trabalho nos diversos ambientes de produção terrestre e aquáticos. Onde os critérios utilizados pelos agricultores amazônicos para direcionar as decisões relativas às atividades agrícolas na agricultura familiar não visam apenas rentabilidade, mais principalmente atender as necessidades básicas da família. Os agricultores familiares amazônicos se caracterizam por exercerem uma pluralidade de atividades produtivas que são fundamentais para complementar seus rendimentos e suas necessidades de sobrevivência (FRAXE, *et al.*, 2011).

Fraxe (2011), afirma ainda, que a agricultura na Amazônia é baseada em sua maioria, na unidade de produção assentada na mão-de-obra familiar. Para compreender os aspectos socioeconômicos da agricultura familiar é necessário conhecê-los e relacioná-los aos tipos de famílias existentes.

Com relação à mão de obra nas unidades familiares, verificou-se que em todas elas a família é responsável por todas as atividades praticadas, o que não impossibilita a contratação de mão-de-obra externa a família (41,6%), principalmente nas atividades de colheita das culturas. De acordo com Wolf (1970), o trabalho familiar na organização produtiva está relacionado com os diversos tipos de famílias, que estão estruturadas basicamente em nucleares (compostas exclusivamente pelos cônjuges e sua prole) ou extensas (que agrupam em uma única estrutura outras famílias nucleares em número

variado). O que nos leva dizer que a composição da família é um fator importante no trabalho do campo.

Neste sentido, quando levantado os dados de produção nas áreas de estudo identificamos que no Setor Três Estados à cultura do Café (*Coffea arabica L*) e do Guaraná (*Paullinia cupana Kunth*) são as principais com 93,28 e 35,64 hectares plantados no ano de 2011, respectivamente, onde 87% dos entrevistados produzem café e 30% Guaraná (Gráfico 6). Este perfil de produção ligado ao cultivo do café pode está relacionado com o lugar de origem destes agricultores, já que a maior parte é oriunda do sudeste, onde a cultura do café é tradicional. Diferindo assim da maioria dos cultivos da região Amazônica que está voltado principalmente para o cultivo de mandioca. O guaraná é uma cultura que vem se destacando na comunidade em razão de ser uma planta de grande importância econômica e social, especialmente na região amazônica, pois é um cultivo tradicional do estado. Com isso Monteiro (1981), descreve o processo de adaptação à região com à troca de experiências e costumes trazidos de outras regiões, como exemplo as formas de plantio, alimentação e crenças.

Na comunidade São Francisco encontramos outro perfil de produção, voltado principalmente para o cultivo da mandioca (*Manihot esculenta Crantz*), Cupuaçu (*Theobroma grandiflorum*) e Guaraná (*Paullinia cupana Kunth*) com 20,16, 13,44 e 17,06 hectares plantados no ano de 2011. Cerca de 56,2% dos entrevistados nesta comunidade produzem mandioca, 30,4% Cupuaçu e 21,7% Guaraná (Gráfico 6). Destas, a que tem trazido maior rentabilidade econômica para a comunidade é a mandioca, cultivada principalmente para venda beneficiada (lavada e descascada). De acordo com os agricultores familiares a principal finalidade desse cultivo é o consumo próprio e a comercialização, pois esta proporciona um grande ajuste na renda familiar. Corroborando assim com que afirma Fraxe (2000), que o destaque da mandioca se dá por ela ser um componente básico do sistema de produção na Amazônia, quer seja em ambientes de várzea, quanto nos ambientes de terra firme, em razão de sua dupla finalidade: subsistência e comercialização.

Entretanto, o guaraná e o cupuaçu vêm ganhando um espaço bastante expressivo na comunidade, onde os agricultores já estão fazendo um planejamento para o sistema de plantio destas duas culturas, pois o retorno

econômico é maior segundo os próprios entrevistados. Isto significa dizer que mesmo que a maioria dos agricultores da comunidade seja oriunda de outras regiões do país, eles aderiram o modo de vida e de produção dos agricultores familiares da Amazônia por estarem inseridos dentro do bioma amazônico. Concordando assim com Fraxe (2001), ao afirmar que o modo de vida dos agricultores familiares da Amazônia advém do conhecimento sobre os ecossistemas de várzea e terra firme, do uso e manejo dos recursos naturais da região, sendo este conhecimento adquirido através de um processo adaptativo e renovado do seu cotidiano e repassado através de gerações.

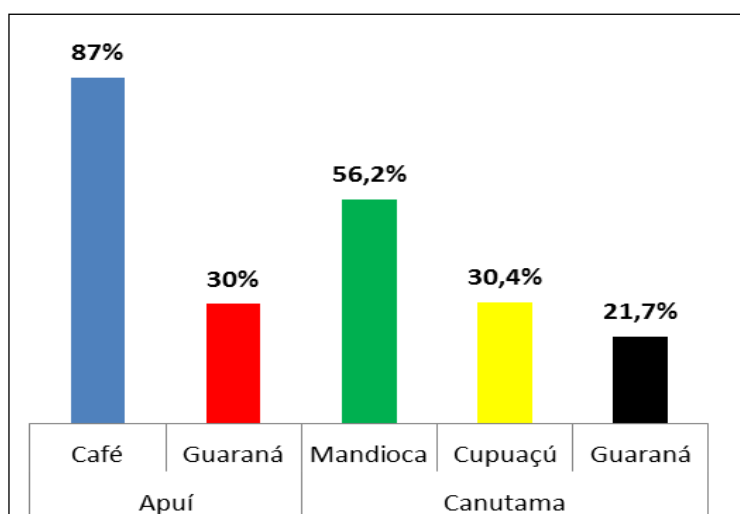


GRÁFICO 6. Percentual de respostas – Principais culturas cultivadas nas áreas estudadas.

FONTE: NUPEAS/2012.

Apesar das áreas pesquisadas apresentarem perfis de produção diferenciados foi possível levantar que a principal dificuldade apresentada tanto no Setor Três Estados quanto no PA-São Francisco é a dificuldade de comercialização devido à falta de estradas, além de enfrentarem problemas com pragas e doenças que também limitam a produção de maneira significativa.

Nestas comunidades a comercialização dos produtos é feita através de uma malha de agentes econômicos (atravessador (45,3%), comerciantes (24,5%), própria comunidade (3,8%), feira local (3,8%) e outros (5,7%)). Observa-se no gráfico 7, que o agente mais abrangente nas duas comunidades é o atravessador, este por sua vez proporciona um aumento no preço dos produtos ao consumidor final e a queda do capital monetário recebido pelos produtos dos agricultores familiares (MATOS & MARIN, 2009).

Segundo Oliveira e Mayorga (2005), os atravessadores são agentes de comercialização que atuam nas cadeias produtivas como intermediários, nas comercializações dos produtos independente da origem, entre os produtores e os consumidores. Estes atravessadores aproveitam-se da desorganização e desestruturação dos agricultores, principalmente daqueles que praticam a comercialização de forma individual, para adquirir seus produtos a um preço extremamente baixo, sob pena da perda pela deterioração dos mesmos, e revendendo-os ao atacado ou varejo a preços determinados pelo próprio atravessador, pelo fato da concentração dos produtos, aumentando dessa forma seu poder de negociação com os clientes.

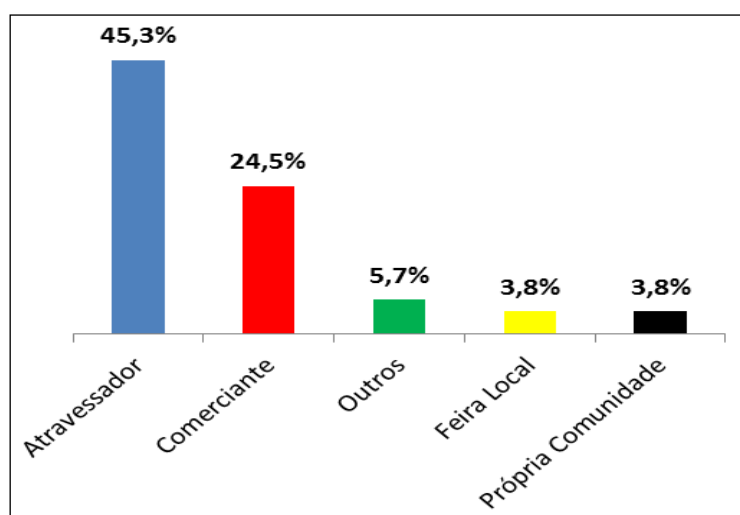


GRÁFICO 7. Percentual de respostas – Para quem são vendidos os produtos.

FONTE: NUPEAS/2012.

Nas duas áreas pesquisadas observou-se o enfraquecimento dos modos de associações existentes. Devido este problema ocorre à venda individual dos produtos, esta falta de crédito nas práticas associativistas é atribuída principalmente à falta de organização social e produtiva nestas localidades. Observa-se que fatores como problemas de infraestrutura para o escoamento da produção, falta de organização social e descrédito nas práticas associativistas vem distanciando esses agricultores dos mercados compradores, sendo portanto preciso trabalhar o fortalecimento das práticas associativistas para comercialização coletiva nestas localidades.

De acordo com Costa (2004), considerando a quantidade de produção normalmente obtida por um agricultor familiar, é difícil que, sozinho, detenha ou

domine as condições que se fazem necessárias para que consiga superar a dependência em relação ao atravessador. Para a maioria dos agricultores familiares, um dos únicos caminhos para desenvolver um mínimo de autonomia na comercialização de sua produção é criar um processo de vendas em coletivo.

3.2. As condições unidades locais de Ater no sul do Amazonas: uma amostragem.

De acordo com o resultado da pesquisa a única organização governamental de ATER existente nas localidades estudadas é o Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Estado do Amazonas – IDAM.

O Instituto de Desenvolvimento Agropecuário do Estado do Amazonas – IDAM foi criado em 18 de março de 1996, por meio da Lei Estadual nº 2.384, como uma autarquia de personalidade jurídica de direito público, autonomia administrativa, financeira e técnica com a finalidade de executar as atividades antes desenvolvidas pela Secretaria de Estado de Produção Rural e Abastecimento – SEPROR, Emater/AM, Coordenadoria de Desenvolvimento dos Agronegócios - CODEAGRO e a Defesa Agropecuária Estadual. Possui sua sede em Manaus-AM, sua jurisdição abrange todo território estadual, estruturados com equipes de servidores das áreas técnicas e de apoio administrativo e serviço. É uma instituição estadual que atua exclusivamente com Ater.

Em maio de 2007 o Idam absorveu parte das atividades da Agência de Florestas e Negócios Sustentáveis do Amazonas – AFLORAM e o nome foi alterado para Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Estado do Amazonas. Porém a sigla permanece a mesma.

Atualmente este órgão é uma autarquia, vinculada à Sepror e se faz presente em todo Estado com 66 Unidades locais, tendo como finalidade a supervisão, coordenação e execução de atividades de assistência técnica, extensão agropecuária e florestal, no âmbito das políticas e estratégias dos governos federal e estadual para setores agropecuário, florestal, pesqueiro e agroindustrial. Sua missão é “Contribuir para promoção do desenvolvimento rural sustentável, centrado no fortalecimento das atividades agropecuárias,

florestais, pesqueiras e agroindustriais, mediante a prestação de serviços de assistência técnica, extensão rural, por meio de processos técnicos e educativos, que assegurem a cidadania e melhoria da qualidade de vida de seus beneficiários”.

De acordo com os dados obtidos os principais beneficiários das ações de Ater dessas entidades nestas localidades são os agricultores familiares, assentados, extrativistas, indígenas, ribeirinhos e pescadores. Entretanto a Pnater prever que os seringueiros, povos das florestas e remanescentes de quilombolas também sejam beneficiários dos órgãos de Ater pública.

De forma que a unidade local de Ater de Humaitá assiste novecentos e quarenta e quatro (944) Unidades de Produção Familiar – UPF em um total de 108 comunidades rurais do município, já a unidade local de Apuí assiste seiscentos e setenta e duas (672) UPF e Canutama não cedeu esses dados.

Apesar do órgão está presente em todos os municípios do estado, de acordo com as informações levantadas as unidades localizadas no sul do Amazonas não possuem funcionários suficientes, principalmente no que se refere a técnicos extensionistas, como por exemplo, agrônomos, médicos veterinários, zootecnistas, engenheiro florestais e de pesca, o que, de acordo com a pesquisa limita o atendimento e todas as atribuições previstas para o órgão.

As condições de infraestruturas levantadas na pesquisa apresentam que em relação ao transporte a quantidade disponível para realização das visitas de campo, não é suficiente o que torna o trabalho do extensionista mais difícil, o que vale a afirmar que há pouca ou nenhuma Ater por parte do órgão em comunidades mais distantes, seja por dificuldades naturais ou limitações quanto ao transporte.

Quanto ao orçamento anual destinado às unidades locais não foi possível obter resposta da maioria dos entrevistados vista que se abstiveram desta pergunta. No entanto, foi possível compreender que o orçamento das unidades é empregado e distribuído entre os custos operacionais de viagens, manutenção e infraestrutura dos prédios e dos transportes, promoção de cursos e treinamento. O orçamento nos parece ser um dos principais problemas que dificulta a realização dos serviços de Ater nas unidades locais,

pois estes não são capazes de atender a todas as demandas de custos da entidade.

Através das informações levantadas, os principais parceiros das unidades locais no sul do Amazonas são o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, Banco do Brasil e Banco da Amazônia e MDA. Essas parcerias são estabelecidas de acordo a necessidade da atividade que será executada. As parcerias tornam-se imprescindíveis para fazer acontecer à construção do processo de desenvolvimento rural sustentável que é tão discutido nos dias atuais.

Neste sentido a Pnater estabelece que os serviços públicos de Ater devem ser executados:

Mediante o uso de metodologias participativas. Onde, as ações de Ater devem privilegiar o potencial endógeno das comunidades e territórios, resgatar e interagir com os conhecimentos dos agricultores familiares e demais povos que vivem e trabalham no campo em regime de economia familiar, e estimular o uso sustentável dos recursos locais. Devem também auxiliar na viabilização de estratégias que levem à geração de novos postos de trabalho agrícola e não agrícola, no meio rural, à Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável, à participação popular e, conseqüentemente, ao fortalecimento da cidadania. Ao contrário da prática extensionista convencional, estruturada para transferir pacotes tecnológicos, a nova Ater pública deve atuar partindo do conhecimento e análise dos agroecossistemas e dos ecossistemas aquáticos, adotando um enfoque holístico e integrador de estratégias de desenvolvimento, além de uma abordagem sistêmica capaz de privilegiar a busca de equidade e inclusão social, bem como a adoção de bases tecnológicas que aproximem os processos produtivos das dinâmicas ecológicas. (BRASIL, 2004 p. 6).

Para que a Ater, seja um dos instrumentos de apoio ao desenvolvimento rural sustentável segundo a Pnater, esta deve adotar missão, objetivos, estratégias, metodologias e práticas compatíveis com os requisitos deste novo processo.

Diante deste novo perfil de Ater, sua metodologia de ação deve ter:

Um caráter educativo, com ênfase na pedagogia da prática, promovendo a geração e apropriação coletiva de conhecimentos, a construção de processos de desenvolvimento sustentável e a adaptação e adoção de tecnologias voltadas para a construção de agriculturas sustentáveis. Deste modo, a intervenção dos agentes de Ater deve ocorrer de forma democrática, adotando metodologias participativas e uma pedagogia construtivista e humanista, tendo sempre como ponto de partida a realidade e o

conhecimento local. Deve estabelecer prioridades e planejar ações para alcançar soluções compatíveis com os interesses, necessidades e possibilidades dos protagonistas envolvidos. Esta metodologia deve permitir, também, a avaliação participativa dos resultados e do potencial de replicabilidade das soluções encontradas, para situações semelhantes em diferentes ambientes (Ibid, p. 11).

Em se tratando de procedimentos metodológicos é importante ter em mente que as ações de Ater precisam ser planejadas e executadas de acordo com as necessidades dos agricultores. Com bases nos dados levantados estes procedimentos se orientam pela execução de etapas que são desenvolvidas anualmente de forma contínua e outras apenas no início e término da atividade. De acordo com os entrevistados os procedimentos metodológicos adotados que foram citados pelos órgãos são: campanha de vacinação/Febre Aftosa, demonstração de métodos, dias de campo, encontros, excursão, oficinas, palestras, seminários, unidades demonstrativas, visitas de Ater, supervisão de crédito.

Esta resposta mostrou que o que foi citado não foram procedimentos metodológicos e sim ações de Ater, a finalidade desta pergunta era saber como que estava sendo planejados os métodos para realização dos serviços executados pela unidade local de Ater.

De acordo com a Pnater a missão dos serviços públicos de Ater sejam eles prestados por entidades estatais ou não é:

Participar na promoção e animação de processos capazes de contribuir para a construção e execução de estratégias de desenvolvimento rural sustentável, centrado na expansão e fortalecimento da agricultura familiar e das suas organizações, por meio de metodologias educativas e participativas, integradas às dinâmicas locais, buscando viabilizar as condições para o exercício da cidadania e a melhoria da qualidade de vida da sociedade (Ibid, p. 9).

Esta missão é norteada através de alguns objetivos como contribuição para melhoria de renda e segurança alimentar e diversificação de produção dos grupos envolvidos, potencializar processos de inclusão social e fortalecimento da cidadania através de ações integradas, estimular a produção de alimentos saudáveis e melhor qualidade biológica, a partir do apoio e assessoramento aos agricultores e otimização do uso e manejo sustentável dos recursos naturais, desenvolver ações que levem à conservação e recuperação dos ecossistemas, visando assegurar que os processos produtivos agrícolas e não-agrícolas

evitem danos ao meio ambiente e riscos à saúde humana e animal, incentivo a construção e consolidação de formas associativas e por fim promover a valorização do conhecimento e saber local e demais públicos da extensão rural, no resgate desses saberes capazes de servirem como ponto de partida para as ações transformadoras da realidade (Ibid, 2004).

Os principais serviços de assistência técnica e extensão rural prestados de acordo com a amostra são: a emissão de declaração para auxílio maternidade; aposentadoria e auxílio doença; emissão de carteira de produtor rural; distribuição de sementes e mudas; cursos de capacitação; dias de campo; elaboração de projetos para financiamentos; emissão de Cadastro Ambiental Rural – CAR; Declaração de Aptidão ao PRONAF – DAP; visitas técnicas; e implantação de unidades demonstrativas.

Diante dos dados obtidos observou-se que o Idam das áreas estudadas não possui uma infraestrutura adequada para atender a demanda existente, devido às limitações quanto aos recursos financeiros, recursos humanos para capacitação de técnico e agricultores, além da falta de conhecimento sobre a Política Nacional de Assistência técnica e Extensão Rural que é empregada no órgão de maneira informal. O que me impossibilitou de compreender como funciona a execução desta política nestas comunidades, já que o principal instrumento entre a política e o agricultor é o órgão de Ater.

Portanto, aponta-se que ações prestadas pelas unidades locais ainda não atendem de maneira satisfatória a missão instituída pela Pnater. Pois, são poucas as ações que são realizadas pelo órgão, e estas parecem ainda não atender a principal estratégia imposta por esta política que é o desenvolvimento rural sustentável norteado pelos princípios da agroecologia.

3.3. A execução da Pnater no Setor Três Estado/Apuí e no PA São Francisco/Canutama.

Com o novo perfil de Ater já apresentado, Caporal (2005), afirma que a implementação da Pnater exige um amplo processo de formação de profissionais com outro perfil, com caráter educativo. Neste sentido, para Pettan (2005), o extensionista constitui-se no elemento chave do serviço de extensão rural, tal como um missionário, e nele que se concentra toda a atenção do sistema, pois de sua atuação depende em grande parte o êxito ou o

fracasso dos serviços realizados. Para este autor, este novo agente de extensão, o produtor rural não é somente o agricultor, mas, também, sua esposa e filhos, porquanto todos exercem funções importantes no trabalho cotidiano de uma unidade de produção agrícola familiar.

Diante do exposto tornou-se imprescindível nesta pesquisa, saber a avaliação dos órgãos locais de Ater sobre a política. Nesta avaliação as respostas foram bastante confusas e vagas como, por exemplo, de que a política é “*normal*”. As respostas evasivas levam a concluir que há pouco conhecimento quanto ao assunto, de forma que esta falta de conhecimento, além de impossibilitar uma futura readequação da proposta nacional de Ater, tende a atrapalhar a execução desta, que preconiza novos enfoques metodológicos e incentiva a agroecologia, sugerida como o novo paradigma tecnológico para o desenvolvimento rural sustentável, considerando principalmente que esta política é fruto de amplo debate entre os órgãos públicos e a sociedade civil.

Para Pettan (2005), a inovação da Pnater diz respeito à forma de sua implementação, que deve respeitar primeiramente à pluralidade e às diversidades sociais, econômicas, étnicas, culturais e ambientais do meio rural brasileiro, permitindo e estimulando desta forma que os profissionais de Ater, executem suas ações junto à agricultura familiar mediante o uso de metodologias participativas, desempenhando um papel educativo dentro do processo de desenvolvimento rural sustentável. Neste sentido, podemos aferir que se não foi possível observar a pactuação dos órgãos locais com a Pnater, conseqüentemente haverá também um distanciamento entre esta e os agricultores familiares que são seus principais beneficiários.

Prova disto é o resultado da pesquisa realizada nas localidades estudadas, pois de acordo com as questões respondidas no DRP realizado no Setor Três Estados e na comunidade São Francisco, foi possível identificar que os agricultores desconhecem a Pnater e mais, que alguns confundem o real papel do órgão local de Ater, chegando a achar que o mesmo é responsável pela abertura de estradas. Contudo estas respostas não foram surpresa, haja vista, que as respostas das unidades locais de Ater estavam voltadas para uma definição de extensão e assistência técnica ainda nos moldes convencionais. Porque, por mais que tenham citado a assistência técnica como papel

primordial do órgão, esta se perde quando são perguntados quais os serviços que eles oferecem aos beneficiários.

A maioria dos agricultores familiares das áreas estudadas informou que praticamente não há serviço de Ater nestas comunidades. Quando tem atuação, esta se limita principalmente a reuniões para financiamentos, emissão de CAR e DAP, doação de sementes, implantações de unidades demonstrativas individuais. Dentre esses serviços o mais recorrente, de acordo com os agricultores, é o de orientação sobre financiamento. Também foi informado, pelos agricultores, que mesmo chegando o serviço nem todos são beneficiados, conclui-se, portanto, que as ações de Ater executadas pelos órgãos responsáveis nestas localidades chegam de forma diferenciada. Os agricultores reclamam de uma presença mais efetiva dos serviços de Ater na comunidade. E ao serem indagados quais eram os serviços mais comuns, os mesmos afirmaram desconhecer quaisquer atividades que lhes possa a vim trazer algum benefício, sendo que eles se dizem completamente receptivos para receber o órgão responsável pela Ater. Segundo Caporal & Ramos (2006), a extensão rural pública deve priorizar a relação entre agricultores e agentes de Ater, criando novas possibilidades de resgate dos conhecimentos locais e de participação consciente nas mudanças necessárias nos níveis político, social, ambiental, econômico, cultural e ético. Além disso, deve estimular o estabelecimento de laços de solidariedade no meio rural.

Por este motivo, tornou-se importante verificar com as entidades de Ater a existência de alguma dificuldade entre a conversa do técnico extensionista com o agricultor, as respostas variaram de acordo com as localidades, onde para alguns não existe dificuldade nenhuma na transmissão dos conhecimentos levados durante a Ater; para outros a resistência dos agricultores torna o trabalho difícil de ser executado; sendo a falta de regularização das terras também um assunto mencionado. Já para os agricultores entrevistados existem muitos entraves na conversa com os técnicos extensionistas, como *“ausência destes e falta de clareza na transmissão das técnicas”*. Para os agricultores este problemas acarretam a eles algumas dificuldades tais como: falta de instrução técnica para correção do solo, dificuldade em resolver problemas relacionados à baixa produtividade,

falta de conhecimento sobre a piscicultura, dificuldades de parcerias, ausência de técnica, dificuldade de financiamentos.

Estes resultados apontam que à troca de conhecimentos e de saberes empíricos e científicos entre técnicos e agricultores deveria elaborar alternativas que lhes permitissem adequadas condições de vida locais. Porque o objetivo da ação extensionista é criar condições para ajudar no fortalecimento da cidadania, na efetiva participação dos atores nas decisões e na melhoria da qualidade de vida das populações rurais (CAPORAL & RAMOS, 2006). Para superar este problema a Pnater estabelece que os novos profissionais extensionistas desempenhem um “*papel educativo, atuando como animadores e facilitadores de processos de desenvolvimento rural sustentável*” (BRASIL, 2004, p. 6). Este cenário mostra que existe a necessidade de buscar alternativas para que estas comunidades sejam atendidas, haja vista que o estado do Amazonas possui ações e programas voltados aos serviços de Ater, mas que precisam contemplar as multidiversidades do agricultor observando as peculiaridades das diferentes cadeias produtivas. Uma vez que ao perguntamos as unidades locais o que efetivamente era possível fazer como ação de acordo com a Pnater, os mesmo informaram que o maior entrave a realização de todos os serviços é o limitado orçamento, já que os municípios possuem dificuldades geográficas que necessitam de maiores recurso para locomoção por exemplo.

No fim do DRP foi solicitado aos agricultores que fizessem uma avaliação do que poderia ser melhorado pelos prestadores de serviços de Ater para que esta fosse mais eficiente. As respostas foram efetivamente referentes aos recursos humanos, ou seja, falta de técnicos para realizarem os trabalhos, além de mais visitas e esclarecimentos técnicos nas comunidades.

Com o sancionamento da Lei Nº 12.188 pelo governo federal em 2010, as formas de contratação de serviços de Ater passaram a ser realizados por meio de chamadas públicas pelo Governo Federal, com dispensa de licitação, o que solucionou, em grande parte, os problemas burocráticos apresentados pelos convênios e contratos de repasse de recursos. Foi dado maior foco na qualidade das ações de Ater, aumentando o tempo do técnico no atendimento aos agricultores e agricultoras, estabelecendo temas prioritários, e facilitando a continuidade do financiamento das ações de Ater (BRASIL, s/d).

É através destas chamadas públicas que as unidades locais de Ater escrevem e submetem propostas de acordo com os editais lançados, a fim de serem contemplados com o orçamento do mesmo para poder promover atividades que estejam de acordo com os princípios e diretrizes da Pnater. No ano de 2012 Humaitá e Apuí atenderam as chamadas públicas realizadas pelo MDA. De acordo com informações, 200 famílias foram contempladas com este serviço em cada um desses municípios, mas o município de Canutama não atendeu a chamada porque não se enquadrava dentro dos requisitos previsto no edital do MDA. Já no ano de 2013 Canutama e Humaitá atenderam a chamada pública, e Apuí não atendeu por não obter o perfil do edital.

No ano de 2012 o orçamento aprovado para as atividades do Idam, oriundos do governo do estado do Amazonas, foi da ordem de R\$ 49.255.000,00 (Quarenta e nove milhões duzentos e cinquenta e cinco mil reais), e estão distribuídas de acordo com a figura 2.

Fonte de Recursos	Natureza da Despesa			
	Custeio		Investimento	Total (R\$ 1,00)
	Pessoal	Correntes		
100 - Recursos Ordinários – Tesouro	32.374.000,00	5.000.000,00	10.000,00	37.384.000,00
121 – Cota Parte do Fundo de Participação dos Estados e Distrito	-	-	-	-
145 – Recursos do Royalties sobre o Petróleo	-	-	-	-
150 – Outras Transferências de Recursos Federais	-	-	-	-
160 - Recursos do FTI - Tesouro	-	9.871.000,00	-	9.871.000,00
201 - Recursos Diretamente Arrecadados – Próprio	-	700.000,00	300.000,00	1.000.000,00
280 - Recursos de Convênios	-	700.000,00	300.000,00	1.000.000,00
Total	-	-	-	49.255.000,00

Figura 2: Demonstrativo Orçamentário do IDAM para 2012, por natureza e fonte dos recursos.

Fonte: Plano Operativo – 2013 DAF/IDAM.

No ano de 2013 este orçamento foi de R\$ 40.094.000,00 (Quarenta milhões, noventa e quatro mil reais), o que equivale dizer que houve uma queda de R\$ 9.000.000,00 (Nove milhões de reais), como mostra a figura 3.

Fonte de Recursos	Natureza da Despesa			
	Custeio		Investimento	Total (R\$ 1,00)
	Pessoal	Correntes		
100 - Recursos Ordinários – Tesouro	21.034.000,00	5.111.000,00	10.000,00	26.155.000,00
121 – Cota Parte do Fundo de Participação dos Estados e Distrito	-	-	-	-
145 – Recursos do Royalties sobre o Petróleo	-	-	-	-
150 – Outras Transferências de Recursos Federais	-	-	-	-
160 - Recursos do FTI - Tesouro	-	12.939.000,00	-	12.939.000,00
201 - Recursos Diretamente Arrecadados – Próprio	-	500.000,00	-	500.000,00
280 - Recursos de Convênios	-	300.000,00	200.000,00	500.000,00
Total	-	-	-	40.094.000,00

Figura 3: Demonstrativo Orçamentário do IDAM para 2013, por natureza e fonte dos recursos.

Fonte: Plano Operativo – 2013 DAF/IDAM.

Portanto, esta pesquisa possibilitou concluir que o desenvolvimento rural sustentável, com igualdade e qualidade de vida para as famílias agricultoras como está previsto na Pnater ainda é uma realidade distante no estado do Amazonas, porque requer mudanças no papel do governo no que diz respeito a maiores investimentos na Ater, principalmente investimentos estaduais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Pnater estabelece como público da Ater a agricultura familiar, considerando a sua diversidade e as desigualdades, e inclui a questão da sustentabilidade nas dimensões econômica, social e ambiental, e a participação e acesso às políticas públicas, como forma de promover o desenvolvimento rural sustentável. Os avanços conquistados são muitos, apesar das políticas de inclusão e a própria Pnater serem recentes, considerando o processo histórico de desenvolvimento do país (BRASIL, s/d). Entretanto apesar do agricultor familiar das áreas estudadas apresentarem perfil para serem contemplados com este novo modelo de Ater, estes ainda não são contemplados, pois no que tange execução, esta ainda é uma política excludente já que não é acessível a todos. Neste sentido, ainda existem muitos desafios na construção de um novo modelo de desenvolvimento rural principalmente nas áreas pesquisadas.

Diante da realidade apresentada, no universo das entrevistas feitas com as unidades locais de Ater e com os respectivos agricultores, foi possível concluir que a adoção de um novo modelo de desenvolvimento pelo Brasil, e a consequente criação e ampliação de políticas públicas voltadas para a inclusão e a promoção do desenvolvimento rural sustentável, requer ainda grandes mudanças na formação dos profissionais de Ater e nas entidades de Ater, que permitam o desenvolvimento e a adoção de abordagens e métodos de Ater orientados pela Pnater. Ou seja, que extensionistas ou agentes sejam facilitadores do acesso às informações e animadores do processo de conhecimento, de forma adequada para a diversidade da agricultura familiar.

É necessário também criar mecanismos que permitam a Ater atuar de forma integrada com os governos federal, estadual e municipal, visando harmonizar e potencializar as diferentes políticas setoriais no rural. O acesso às políticas públicas para o rural passa por uma ação organizada e focada dos gestores municipais em parceria com o serviço de extensão rural. É necessário ampliar a estrutura dos serviços de Ater para que possa promover a apropriação das políticas públicas pelo universo da agricultura familiar e da reforma agrária.

Neste sentido esta pesquisa visa contribuir significativamente para provocar discussões que chamem a atenção do poder público, para que estes tomem providencias para garantir uma Ater de qualidade e quantidade suficiente, visando o fortalecimento da agricultura familiar como prevê a Pnater, e estes tenham subsídios para desenvolver suas atividades.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: HUCITEC/UNICAMP, 1992, 275 p.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Edições 70, LDA, abril de 2007.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural**. Brasília: MDA/SAF/Dater, 2004.

_____, Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural**: Brasília: MDA, 2004.

_____, Lei 11.326, de 24 de Julho de 2006. **Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais**. Diário Oficial da União, dia 25/07/2006.

_____, Presidência da República. **Lei nº 12.188, de 11 de janeiro de 2010**. Brasília: Casa Civil, 2010. p. 1.

_____, Presidência da República. **Decreto nº 1946, de 28 de junho de 1996**. Cria o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, e dá outras providências. Disponível em: www.pronaf.gov.br. Acesso em 12 julho. 2013.

_____, Ministério do Desenvolvimento Agrário. **1ª Conferência Nacional sobre Assistência Técnica e Extensão Rural**. ATER para Agricultura Familiar e Reforma Agrária e o Desenvolvimento Sustentável do Brasil Rural. Brasília: MDA/CONDRAF, s/d.

_____, Secretaria de Agricultura e Abastecimento. Coordenadoria de desenvolvimento dos agronegócios. São Paulo: s/d.

CAPORAL, F. R. **La extensión agraria del sector público ante los desafíos Del desarrollo sostenible: el caso de Rio Grande do Sul, Brasil**. Córdoba, 1998. 517p. (Tese de Doutorado)-Programa de Doctorado em Agroecología, Campesinado e Historia, ISEC-ETSIAN, Universidad de Córdoba, España, 1998.

CAPORAL, F. R; RAMOS, L. F. **Da Extensão Rural Convencional à Extensão Rural para o desenvolvimento sustentável: Enfrentar desafios para romper a inércia.** Brasília, DF, 2006. 3p.

CAPORAL, F. R. **Política Nacional de Ater: primeiros passos de sua implementação e alguns obstáculos e desafios a serem enfrentados.** Brasília, DF, 2005. 9-27p.

CANUTO, João Carlos. Capital, tecnologia na agricultura e o discurso da EMBRATER. Santa Maria-RS, 1984. (Dissertação de Mestrado)

CARMO, R.B.A. **A Questão Agrária e o Perfil da Agricultura Brasileira.** 1999. Disponível em <http://www.cria.org.br/gjp/gipaf/itens/pub/sober>. Acesso em: maio 2013.

CASTRO, C.E.F. de. **A Pesquisa em Agricultura Familiar.** In: CASTRO, et. al. *Pontes para o Futuro.* 1ª ed. Campinas: CONSEPA, 2005. p.7-48.

COSTA, R. **Comercialização e transformação dos produtos da agricultura familiar: alguns pontos a discutir.** FUNDAÇÃO KONRAD ADENAUER – Agricultura Familiar, agroecologia e mercado no Norte e Nordeste do Brasil. Fortaleza-CE, 2004, p.67;

CORDEIRO, M. S. S. **O recebimento do título definitivo em assentamentos: discursos acerca da propriedade da terra.** XV Congresso Brasileiro de Sociologia, Curitiba, junho, 2011.

DENARDI, Reni. **Agricultura Familiar e Políticas Públicas: alguns dilemas e desafios para o desenvolvimento rural sustentável.** 2001

DIAS, M. M. **Perspectivas em Políticas Públicas.** Belo Horizonte. Vol. 1, Nº. 1. P. 101-114. Jan/Jun 2008.

FRAXE, Therezinha de Jesus Pinto; CASTRO, Albejamere Pereira de; SANTIAGO, Jozane Lima; WITKOSKI, Antônio Carlos. **Extensão Rural e Desenvolvimento Sustentável no Amazonas.** In: Agroecologia, Extensão Rural e Sustentabilidade na Amazônia. Manaus – Fundação Universidade Federal do Amazonas, 2008. p. 24.

FIDELIS, L. M; BERGAMASCO, S. M. P. P; LOPES, D. G; RODRIGUES, T. R. I. **A Nova Pnater: Uma Análise de sua Tramitação pelo Congresso Nacional.** 4º Encontro da rede de estudos rurais. Mundo Rural, Políticas Públicas, Instituições e Atores em Reconhecimento Político. Curitiba – PR, julho, 2010, p. 2-3.

FIGUEIREDO, Romeu Padilha de. **Extensão Rural, Extensão do Capitalismo? Análise do Sistema ABCAR/EMBRATER (1948-1979).** Projeto de tese, 1980 (mimeo para discussão – disciplina Extensão Rural e Desenvolvimento Rural – FEACRI – UNICAMP).

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica.** Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. – São Paulo: Atlas, 2002.

GUANZIROLI, C.; CARDIM, S. E. (Coord.). **Novo Retrato da Agricultura Familiar: O Brasil redescoberto.** Brasília: Projeto de Cooperação Técnica FAO/INCRA, 2000. 74 p. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/fao/pub3.html>. Acesso em: maio de 2013.

JONES, Gwyn E. and GARFORTH, Chris. “The history, development, and future of agricultural extension”, in Swanson, Burton E., Bentz, Robert P. and Sofranko, Andrew J. (eds.). **Improving agricultural extension - A reference manual.** Rome : Food and Agriculture Organization of the United Nations, 1997, 316 p. Disponível em: <http://www.fao.org>.

LAFORGA, G; VIEIRA, A. O. **Ação extensionista da Empaer frente à nova PNATER: Uma análise a partir do assentamento Guapirama, Campo novo do Parecis – MT.** XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural. Rio Branco, julho, 2008. 2p.

LEMOS, J. A. C. **O diálogo na ação extensionista como promoção do desenvolvimento rural sustentável no Estado de São Paulo.** Dissertação (mestrado em Educação). Faculdade em Filosofia e Ciência. Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Marília, São Paulo: 2005.

MATOS, G.R; MARIN, J. O. B. **Agricultores familiares e sistemas de produção de frutas em Itapuranga, Goiás.** Goiás, 2009.

MEDEIROS, K. F; **A Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural - Pnater: Uma Abordagem da Realidade das Unidades Produtivas Familiares - Upf's na Comunidade Carneira no Município de Junco do Seridó/PB.** Trabalho de Conclusão de Curso (Gestão Pública Municipal). Universidade Federal da Paraíba. 2012.

MASSELLI, M. C. **Extensão Rural: Novas perspectivas a partir da situação de assentamento.** Dissertação (mestrado em Educação). Faculdade em Educação. Universidade Estadual de Campinas. 1994.

MONTEIRO, S. T. **Anotações por uma história rural do médio Amazonas.** Manaus: EMATER-AM, 1981. 96 p.

NOBRE, S. C; FRAXE, T. J. P; SANTIAGO, J. L. **Cultura Imaterial e a doença em uma comunidade Amazônica: Um estudo sociológico em Nossa Senhora das Graças, Manacapuru/Am.** In: Amazônia Cultura Material e Imaterial. São Paulo: Annablume; Manaus: UFA, 2012. Vol. 2. p. 183.

OLIVEIRA, A. D. S de; MAYORGA, M. I de. O. **Os impactos da participação do atravessador na economia do setor agrícola: Um estudo de caso.** XLIII Congresso da SOBER – “Instituições, Eficiência, Gestão e contratos no Sistema Agroindustrial.” Ribeirão Preto, julho, 2005.

PARKER, E. P. The Amazon Caboclo: An Introduction an Overview. In: PARKER, E.P. **The Amazon Caboclo: Historical and Contemporary Pespectives Studies** in Third World Societies Publication Series, vol. 29. Williamsburg: EUA, 1985.

PEIXOTO, M. **Extensão Rural no Brasil – uma abordagem histórica na legislação.** Textos para discussão, Brasília, DF: outubro/2008.

PINTO, E.S.L. **Anais da Academia Pernambucana de Ciência Agronômica.** vols. 5 e 6, p.35-43, 2008-2009.

REZENDE, B. G. **Novo Perfil de Assistência Técnica e Extensão Rural.** Trabalho de conclusão de curso (Curso Agronomia). Faculdade de Ciências Agrárias. Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri. 2012.

SILVA, J. R.; JESUS, P de. **Os Desafios do Novo Rural e as Perspectivas da Agricultura Familiar no Brasil.** CONNEPI. 2010. Disponível em:<http://connepi.ifal.edu.br/ocs/index.php/connepi/CONNEPI2010/paper/viewFile/1407/457>. Acesso em: abril de 2013.

SILVA, D. T. **Política industrial e desenvolvimento regional: O fomento estatal dos arranjos produtivos locais.** Dissertação de mestrado (Direito Econômico). Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. São Paulo: 2010.

SCHULTZ, Theodore W. **A transformação da agricultura tradicional.** Connecticut, EUA. 1964.

TAVARES, Jorge Roberto; RAMOS, Ladjane. I 18 a IDAM. **Assistência técnica e extensão rural: construindo o conhecimento agroecológico.** Manaus: 2006. 128 p.1.

TONET, R.M. **O Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas na regional Cati de Bragança Paulista – Uma Análise dos Diagnósticos Participativos e o Novo Papel da Extensão Rural.** UFLA, Lavras. 2006. 49p.

VERDEJO, M. E. **Diagnóstico Rural Participativo: Guia Prático DRP.** Brasília, MDA/ Secretaria da Agricultura Familiar. 2006.

APÊNDICE

Apêndice A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Convido o (a) senhor (as) para participar da atividade de pesquisa do Trabalho de Conclusão de Curso para aquisição do título de Engenheira Agrônoma da a discente Márcia Campos Gomes que está vinculado ao Núcleo de Pesquisa e Extensão em Ambiente, Socioeconomia e Agroecologia/NUPEAS, e ao Instituto de Educação, Agricultura e Ambiente, Campus Vale do Madeira da Universidade Federal do Amazonas. Esta atividade visa analisar a execução da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Pnater) em Comunidades Rurais localizadas no Sul do Amazonas pelos órgãos de Ater atuantes na região, além de investigar as condições sociais, econômicas e de produção das comunidades da área de estudo e por fim averiguar como estão estruturados os órgãos que prestam assistência técnica e extensão rural na área de estudo. Sobre orientação da professora Msc. Ana Cláudia Fernandes Nogueira.

Para realizar as atividades que dizem respeito à entidade de ATER a pesquisadora fará um diagnóstico semiestruturado com o senhor (a). O (a) senhor (a) não vai receber nada por esta ajuda, mas sua participação ajudará muito no entendimento de como funciona e está estruturado o órgão, quais são os principais problemas, e isso é muito importante.

- AM,..... de de 20__

Assinatura do gerente da entidade de ATER

Assinatura do Pesquisador

Apêndice B - TERMO DE ANUÊNCIA

Declaramos para os devidos fins que estamos de acordo com a execução do projeto de Trabalho de Conclusão de Curso “Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) em comunidades rurais do Sul do Amazonas”, vinculado ao Núcleo de Pesquisa e Extensão em Ambiente, Socioeconomia e Agroecologia – NUPEAS e ao Instituto de Educação, Agricultura e Ambiente, Campus Vale do Madeira da Universidade Federal do Amazonas, a ser realizado na Comunidade Três Estados no município de Apuí sobre a orientação da prof. Msc. Ana Cláudia Fernandes Nogueira e execução da aluna Márcia Campos Gomes.

, de de 2013

Representante da Comunidade

**Apêndice C – ENTREVISTA COM AS UNIDADES LOCAIS DE ATER NO
SUL DO AMAZONAS.**

Número da Entrevista: _____

Data: ____/____/____

Município: _____

DADOS PESSOAIS

1. Nome do (a) gerente do órgão de ATER

_____ 2. Idade: _____ anos

3. Sexo: () M () F

5. Formação: _____

6. Naturalidade: _____

7. Quanto tempo atua com assistência técnica e extensão rural?

8. Quanto tempo na gerencia do órgão?

QUESTÕES SOBRE A ENTIDADE DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA

9. Há quanto tempo o órgão está na cidade?

10. Quem são os beneficiários? () Agricultor familiar () Assentados ()
Extrativistas () Ribeirinhos () Quilombolas () Pescadores () Seringueiros.

11. Quantas unidades produtivas familiares (UPF) o órgão atende no
município?

12. Quantas comunidades rurais do município o órgão presta assistência?

13. Com que frequência o órgão vai até as comunidades que presta
assistência?

14. Como são elaboradas as estratégias para o planejamento de viagem a
campo?

15. Quais os procedimentos metodológicos adotados pelo órgão na prestação
de serviço de ATER?

16. Qual o papel do IDAM?

17. Quais serviços o órgão oferece aos agricultores rurais?

18. Quais os principais recursos tecnológicos que o órgão dispõe?

19. Qual maior entrave na conversa entre o técnico de ATER e o agricultor familiar?

20. Quais as instituições parceiras do órgão? E como são estabelecidas as parcerias?

21. Qual orçamento anual do órgão?

22. Na sua opinião o que deve ser melhorado no órgão?

23. Quantos profissionais o órgão possui?

24. Composição das pessoas que trabalham no órgão:

Perfil Profissional	Gênero		Idade	Função
	M	F		

25. A quantidade de funcionários é suficiente para o atendimento às unidades familiares de produção?

() Sim () Não

26. Qual seria o número ideal por unidades produtivas familiares de produção?

27. Qual a infraestrutura do órgão (possui sede própria, quantos cômodos)?

28. Que tipo de transporte o órgão dispõem? () Carro/Caminhonete () Moto () Caminhão () Lancha/Voadeira () Barco

29. Quantidade de transporte: () Carro/Caminhonete () Moto () Caminhão () Lancha/Voadeira () Barco

30. Qual sua avaliação sobre a PNATER?

31. O que não é possível realizar, com os recursos e estrutura que se tem e está previsto na PNATER?

32. Qual atualmente é o apoio do Governo Federal a Política estadual de assistência técnica e extensão rural?

33. Há uma política estadual de ATER?

Assinatura do responsável pela entidade de ATER

Nome do pesquisador

Apêndice D – DIAGNÓSTICO RÁPIDO PARTICIPATIVO – DRP

- 1.** Vocês sabem o que é ATER?
- 2.** Vocês conhecem ou ouviram falar na Política Nacional de Assistência Técnica a extensão Rural?
- 3.** Existe algum órgão que presta assistência técnica na comunidade?
- 4.** Qual é o órgão de ATER que presta assistência à comunidade?
- 5.** Quais as ações de ATER prestadas na comunidade pelo órgão?
- 6.** Como o órgão tem atuado na comunidade?
- 7.** Quantas vezes o órgão vem à comunidade?
- 8.** Como é o atendimento do técnico com o agricultor?
- 9.** Quais benefícios que mais o agricultor recebe através do órgão?
- 10.** O que poderia ser melhorado pelo órgão para prestar uma ATER de qualidade?
- 11.** Quais são as principais dificuldades técnicas que vocês possuem e que acreditam que poderia ser resolvida com a ATER?
- 12.** Como vocês avaliam as ações de ATER na comunidade?
- 13.** Na sua opinião qual é o papel do órgão de assistência técnica?